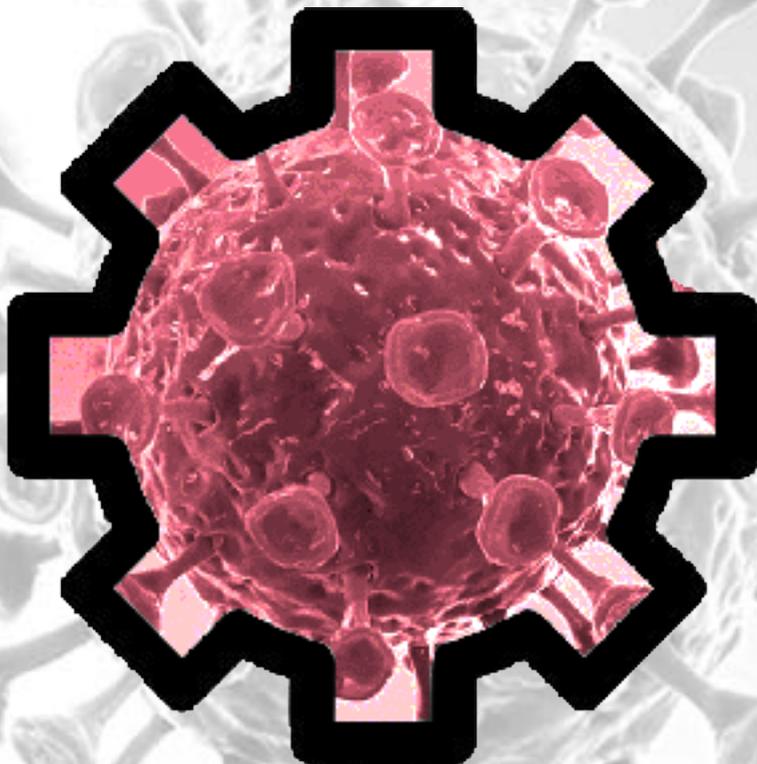


DOSSIÊ COVID NO TRABALHO

PESQUISA COVID 19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO



Relatório de Pesquisa - Fascículo 2
PESQUISA QUALITATIVA NO SERVIÇO FUNERÁRIO
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Carolina de Moura Grandó
Luci Praun

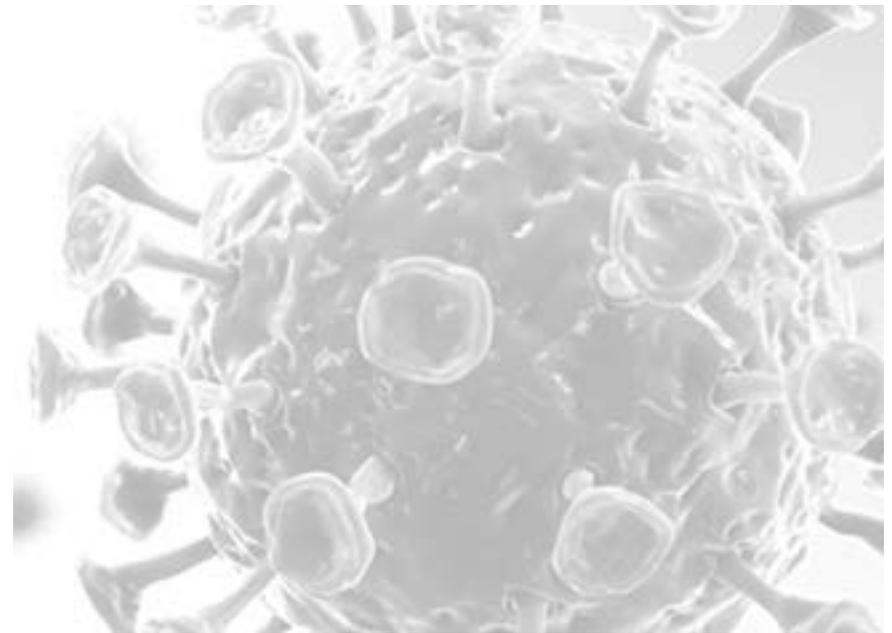
Renata Paparelli
Vera Lúcia Salerno



Instituto Walter Leser
Fundação Escola de Sociologia e Política

DOSSIÊ COVID NO TRABALHO

PESQUISA COVID 19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO



DOSSIÊ COVID-19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

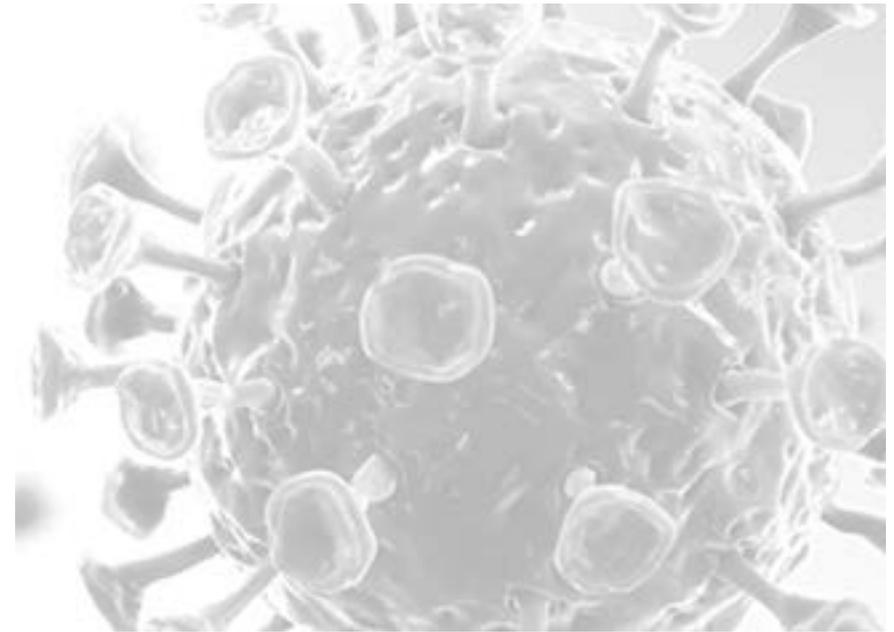
IWL/FESPSP

Instituto Walter Leser -

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

ASAS

Associação de Saúde Ambiental e Sustentabilidade



Relatório de pesquisa

**PESQUISA QUALITATIVA NO SERVIÇO
FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Carolina de Moura Grandó

Luci Praun

Renata Paparelli

Vera Lúcia Salerno



APOIO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

SÃO PAULO 2024

EDITORA **SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

Catálogo-na-publicação
Editora Sociologia e Política - FESPSP
Ederson Ferreira Crispim CRB-8/9724

362.1962414

D724 Dossiê COVID-19 como doença relacionada ao trabalho :
relatório de pesquisa : pesquisa qualitativa no serviço funerário do município de São Paulo / Carolina de Moura Grando, Renata Paparelli, Luci Praun, Vera Lúcia Salerno. – São Paulo : Editora Sociologia e Política, 2024.
99 p. : il. ; 21 cm.
ISBN 978-65-86612-13-4 (PDF)
1. Pandemia – problemas sociais e serviços. 2. COVID-19. 3. Serviço funerário. 4. Cemitérios. I. Grando, Carolina de Moura. II. Paparelli, Renata. III. Praun, Luci. IV. Salerno, Vera Lúcia.

Índice para catálogo sistemático:

1. Pandemia (COVID-19) : problemas sociais e serviços 362.1962414

DOSSIÊ COVID COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

DIAGRAMAÇÃO: Lilian PRIMI

REVISÃO: Erica FREITAS, Daniela SANCHES TAVARES e Maria MAENO

CAPA: Lilian PRIMI

EDITORA **SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

PROJETO DE PESQUISA COVID-19 COMO UMA DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS PELO PARECER NÚMERO 4.290.745.

REALIZAÇÃO: IWL/FESPSP - Instituto Walter Leser - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - MTE; ASAS - Associação de Saúde Ambiental e Sustentabilidade.

COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA: Maria Maeno - Médica – Fundacentro e IWL/FESPSP.

PESQUISADORES: Ana Carolina Lemos Pereira (Psicóloga - PUC-CAMP); Ana Lídia de Oliveira Aguiar (Socióloga - USP), Andréia de Conto Garbin (Psicóloga - PUCCAMP), Carolina de Moura Grando (Psicóloga - NAST), César Akiyoshi Saito (Cientista da computação – Fundacentro), Cristiane Queiroz Barbeiro Lima (Química – Fundacentro -aposentada), Damares Pereira Vicente (Assistente social - PUC-SP), Daniela Sanches Tavares (Psicóloga - Fundacentro), Eliana Aparecida da Silva Pintor (Psicóloga – IWL/FESPSP), Heloisa Aparecida de Souza (Psicóloga - PUCCAMP), Ildeberto Muniz de Almeida (Médico - UNESP), Israel Luz (Sociólogo - Ilaese), José Carlos do Carmo (Médico – CERESTSP e IWL/FESPSP), Karina Quintanilha (Advogada - Unicamp), Liliana Aparecida de Lima (Psicóloga - PUC-CAMP), Louisa Acciari (Cientista social - University College London-UCL e UFRJ), Luci Praun (Cientista social - UFAC), Marcia Hespanhol Bernardo (Psicóloga - USP), Maria Maeno (Médica – Fundacentro e IWL/FESPSP), Maria Martha Gibellini (Psicóloga - NAST), Marina Dal Maso Coelho (Psicóloga - NAST), Renata Paparelli (Psicóloga – PUC-SP), Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela (Engenheiro - USP), Rosemeire Aparecida Scopinho (Psicóloga - UFSCar), Tássia Bertoncini de Almeida (Psicóloga - NAST), Thiago Lira (Psicólogo - NAST), Vanderléia Laodete Pulga (Coordenadora da COREMU), Vera Lucia Salerno (Médica - UNICAMP).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	18
1. Sistema Funerário do Município de São Paulo	24
1.1 Trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário.....	27
1.2 Contexto pandêmico.....	28
1.3 Infecção por Covid-19 e vacinação.....	31
2 Procedimentos Metodológicos	32
2.1 Primeiros passos da pesquisa.....	33
2.2 Participantes da pesquisa e realização das entrevistas.....	34
2.3 Roteiro de entrevista.....	35
2.4 Categorias temáticas de análise.....	37
3 Resultados e Análise	38
3.1 Serviço funerário, trabalho e pandemia.....	38
3.1.1 Processo de trabalho no contexto pandêmico.....	40
3.1.2 Identificação de condições e situações favoráveis à infecção / adoecimento.....	46
3.1.3 Testagem para Covid.....	51
3.1.4 Poderes públicos: prevenção e resposta à doença.....	57
3.1.5 Compreensão sobre a pandemia em si e sobre a vacina.....	60
3.1.6 Trabalho duro e com forte carga emocional.....	65
3.1.7 Sentidos e percepções sobre o trabalho no serviço funerário.....	71
3.1.8 Trabalho de cuidado, com sentidos e saberes próprios.....	80
3.1.9 Serviço público e trabalho terceirizado.....	84
Considerações finais	92
Referências	94

APRESENTAÇÃO

Nos primórdios da pandemia da COVID-19, quando muitos aspectos ainda eram desconhecidos, uma questão nos pareceu crucial: o papel das atividades de trabalho presencial na disseminação da doença.

Em maio de 2020, Maeno e Carmo (2020)¹ elencaram aspectos do vírus SARS-CoV-2 nos contextos sociais e do trabalho no Brasil, que sustentavam a tese de que os casos de Covid ocorridos em pessoas que estavam trabalhando presencialmente deveriam ser

¹ MAENO, M.; CARMO, J.C. A COVID-19 é uma doença relacionada ao trabalho. <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-e-o-tempo-de-incubacao-do-novo-coronavirus> > acesso em 17/03/2024.

considerados relacionados ao trabalho.

Além da transmissão ser favorecida pelo contato próximo inter-humano, havia a transmissão via aérea e a grande proporção de assintomáticos, que implicavam o aumento de circulação do vírus, já que inúmeras pessoas sem sintomas ou com sintomas leves eram fontes de disseminação, sem terem a mais pávida ideia de que eram portadoras do vírus. Em interação com essas características do agente infeccioso, estava a condição de vulnerabilidade econômica de expressiva parte da população desde antes da eclosão da pandemia, que, sem acesso ao auxílio financeiro governamental, denominado auxílio-emergencial, e depois com demora na sua liberação, foi impelida a sair de casa em busca de subsistência. Para elas, o apelo protetor “fique em casa” era inviável, pois não tinham como sobreviver.

Além dos trabalhadores das chamadas atividades essenciais para a vida, que precisavam manter-se trabalhando presencialmente, houve um outro conjunto de atividades que foram declaradas essenciais por decreto presidencial sem o serem de fato, como as atividades religiosas, unidades lotéricas, salões de beleza e barbearias, entre outras, aumentando ainda mais o contingente de trabalhadores expostos de forma desnecessária (MAENO, 2021) ².

2 MAENO, M. COVID-19 como uma doença relacionada ao trabalho. Editio-

Assim, como prevíamos, os contatos físicos ocorreram nos transportes públicos e nos ambientes e atividades de trabalho, estes últimos negligenciados pelo poder público. Segundo o IBGE, em 2022, 96,7 milhões do total de ocupados mantinham-se em trabalho presencial, enquanto 9,5 milhões estavam em trabalho remoto³.

Diante desse cenário, pareceu-nos oportuno e necessário desenvolver um projeto de pesquisa que lançasse luz sobre a realidade dos trabalhadores presenciais durante a pandemia, evidenciando as situações com maior potencial de contágio, facilitando o estabelecimento de nexos causais da doença com o trabalho. Paralelamente, era imprescindível contribuir, em tempo real, municiando as entidades sindicais e demais movimentos de trabalhadores com informações, reflexões e pareceres, por meio de palestras, aulas, conversas, reuniões, matérias jornalísticas, para que pudessem ativamente buscar seus direitos sanitários, previdenciários e trabalhistas.

Tudo isso ocorreu em meio a uma realidade sem precedentes tanto do ponto de vista sanitário quanto político, quando ignoravam as mortes, os casos graves, assim como as aglomerações decor-

rial. Rev. bras. saúde ocup. 46, 2021 <https://doi.org/10.1590/2317-6369ED0000121>

3 Pesquisa inédita do IBGE mostra que 7,4 milhões de pessoas exerciam teletrabalho em 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38159-pesquisa-inedita-do-ibge-mostra-que-7-4-milhoes-de-pessoas-exerciam-teletrabalho-em-2022> > acesso em 17/03/2024.

rentes de atividades de trabalho, que contribuíram para a rápida e avassaladora disseminação do vírus (SANTOS et al., 2021)⁴.

Inicialmente, éramos sete pesquisadores⁵ vinculados a diferentes instituições, quando apresentamos o projeto ao Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista (UNESP)⁶. Com o tempo, a equipe foi ampliada e se dedicou a estudar diversas categorias e segmentos de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, mantivemos informações, vídeos e matérias jornalísticas sobre a pandemia no portal do Instituto Walter Leser da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (IWL-FESPSP)⁷.

Os relatórios serão publicados em fascículos, cada um destacando uma categoria de trabalhadores/as, sendo este primeiro, sobre a vida das/os imigrantes no mercado de trabalho informal durante a pande-

4 SANTOS, U.P., MAENO, M., COSTA, D.F., FERREIRA, C.S.W., HENRIQUES, C.M.P. Em tempos de Covid-19: estado presente, agilizar a proteção da população, fortalecer o SUS e reorientar a economia. Disponível em <https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/para-especialistas-so-ha-uma-chance-de-o-covid-19-ser-enfrentado-com-sucesso-poder-publico-romper-ja-com-as-amarras-do-corte-dos-gastos.html> acesso em 17/03/2024.

5 Cézár Akiyoshi Saito, Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, Daniela Sanches Tavares, Ildeberto Muniz de Almeida, José Carlos do Carmo, Maria Maeno (coordenadora) e Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela.

6 Dossiê Covid no Trabalho. Covid-19 como uma doença relacionada ao trabalho. Aprovado pelo Comitê de Ética da FM Botucatu, UNESP - Número do Parecer: 4.290.745 <https://www.institutowalterleser.org/dossiecovid-apresentacao>

7 <https://www.institutowalterleser.org/>

mia na cidade de São Paulo.

Os esforços realizados visam subsidiar a elaboração de respostas a serem adotadas agilmente em cenários pandêmicos, no reconhecimento de seus múltiplos prismas e formas de vulnerabilização das populações, dos diversos caminhos de exposição e efeitos na saúde e na vida.

Também esperamos que os resultados da pesquisa subsidiem políticas de garantia de direitos de trabalhadoras e trabalhadores no pós-pandemia, tendo em vista que abordam também as sequelas da infecção pelo coronavírus, que ainda são uma questão pouco presente nos debates e necessitam de atenção especial por parte do poder público.

MARIA MAENO

Médica, pesquisadora da Fundacentro, membro do Instituto Walter Leser da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e do Núcleo Semente - Saúde Mental e Direitos Humanos Relacionados ao Trabalho do Instituto Sedes Sapientiae

ILDEBERTO MUNIZ DE ALMEIDA

Médico, professor do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista e um dos criadores do Fórum Acidentes do Trabalho

DOSSIÊ COVID-19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

Pesquisa qualitativa no Serviço Funerário do Município de São Paulo

Carolina de Moura Grando ¹

Luci Praun ²

Renata Paparelli ³

Vera Lúcia Salerno ⁴

¹ Mestre em Trabalho, Saúde e Ambiente pela Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro-SP) e psicóloga do trabalho no Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep-SP).

² Doutora, com estágio pós-doutoral, em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora adjunta da Universidade Federal do Acre (Ufac) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (Ufabc).

³ Doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP), professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁴ Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduada em Medicina pela Unicamp e mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP).



1

INTRODUÇÃO

Os resultados de pesquisa apresentados no presente relatório refletem recorte de projeto de investigação de maior amplitude, intitulado “Covid-19 como uma doença relacionada ao trabalho”, institucionalmente vinculado ao Departamento de Saúde Pública da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), campus Botucatu/SP, e coordenada pela Dra. Maria Maeno. O projeto principal possui Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 37219820.0.0000.5411 e Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa/Unesp nº 4.290.745.

Em conformidade com o previsto, a investigação proposta pelo projeto principal foi desenvolvida considerando uma etapa quantitativa, com instrumento disponibilizado



on-line (e, quando necessário, de forma impressa), e uma etapa qualitativa, voltada a “aprofundar e compreender aspectos de interesse” da pesquisa.

O relatório ora apresentado refere-se a esta segunda etapa de pesquisa, qualitativa, desenvolvida a partir de um recorte específico, que contemplou como participantes trabalhadores e as trabalhadoras do Serviço Funerário do Município de São Paulo. As atividades desenvolvidas pelo serviço funerário integram aquelas descritas no Decreto federal nº10.282, de 30/03/2020, em seu Art. 3º, §1º, como “indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade” que, caso não realizadas, “colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”.

A escolha deste segmento do setor de serviços e de seus trabalhadores e trabalhadoras foi motivada, portanto,

por convergência de fatores. O primeiro deles refere-se à centralidade da atividade funerária e sua exacerbação no contexto pandêmico. Note-se que a capital paulista durante a pandemia bateu recordes sequenciais de óbitos e sepultamentos, particularmente em 2021, o que obrigou, em alguns momentos, a instituição de turnos de trabalho noturnos em pelo menos um dos cemitérios municipais, o de Vila Formosa. O segundo fator, indissociado dos demais, diz respeito à natureza do trabalho desenvolvido no serviço funerário e a hipótese de maior probabilidade de imersão, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, em ambientes de maior circulação de pessoas infectadas e, portanto, de maior circulação do vírus. Considerou-se ainda, como terceiro fator, o conhecimento prévio sobre as condições de trabalho¹ anteriores ao contexto pandêmico, marcadas pela precarização do trabalho, expressa entre outras evidências, neste setor do serviço público municipal, pela ausência de reposição do quadro de concursados, pela intensificação da terceirização das atividades, assim como pelo baixo acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPI).²

Dos elementos acima expostos desdobraram-se perguntas que a pesquisa ora relatada buscou responder. Como o contexto pandêmico, marcado pela ampliação significati-

1 Entende-se por precarização do trabalho a dinâmica de acentuação de formas precárias de realização do labor, evidenciada a partir dos anos 1970-80, relacionadas a alterações no padrão de acumulação de capital (Harvey, 1992). Estas se expressam, entre outras manifestações, na diversificação dos vínculos de trabalho (a exemplo dos processos de terceirização), nas formas de organização e gestão pautadas pela adoção de práticas direcionadas ao aumento da produtividade e intensidade (a exemplo da polivalência, multifuncionalidade, avaliações por desempenho, entre outros mecanismos), na redução ou perda de direitos anteriormente conquistados, com desdobramento em condições e situações de trabalho nocivas à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Processos de precarização do trabalho envolvem, portanto, dimensão objetiva e subjetiva, conforme indicam Linhart (2000), Antunes e Praun (2015), Franco et al. (2010), entre outros autores e autoras.

2 Condições e situações de trabalho precarizadas, presentes no serviço funerário municipal, já foram inclusive objeto de Inquéritos Cíveis no Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP).

va dos óbitos e sepultamentos, incidiu na atividade laboral desenvolvida no serviço funerário municipal? Estaria esse segmento, dadas as características e especificidades do trabalho desenvolvido, mais exposto às infecções por sars-cov-2? Se confirmada essa maior exposição, em quais condições e situações? Como esse contexto incidiu na saúde desses trabalhadores e trabalhadoras e como reagiram às situações que enfrentaram? Quais medidas foram adotadas para proteger e mitigar as repercussões da pandemia sobre os trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário?

O desenvolvimento deste recorte da pesquisa contou com a constituição de equipe específica, composta pelas signatárias deste relatório. O processo de investigação contou também com a colaboração de representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep-SP), instituição coparticipante com a qual foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica.

Nesta relação de cooperação técnica, a equipe passou a contar com a participação direta dos diretores João Batista Gomes, Roberto Alves e Vlamir Lima, assessorado por João Santana, bem como da Assessora, Assistente Social e Técnica em Saúde do Trabalhador, Elionara Ribeiro. A incorporação dos representantes da entidade sindical foi fundamental tanto para obtenção de informações sobre o serviço funerário da capital paulista como para que a equipe de pesquisadoras pudesse acessar os participantes da pesquisa.

Com relação ao acesso aos participantes cabe uma nota: o agravamento da pandemia colocou em evidência a atividade funerária no município de São Paulo, gerando situações que nem sempre foram adequadamente conduzidas ou rapidamente resolvidas pelos poderes públicos. Além disso, o serviço funerário como um todo, e em particular os cemitérios, em função da disseminação do vírus, teve que adotar normas que entraram em confronto com as cerimônias familiares de despedida e luto. Esse contexto, que acabou operando no sentido de tensionar o ambien-

te de trabalho, também projetou a atividade funerária na mídia nacional e internacional. Vale lembrar a projeção alcançada por uma fotografia aérea feita das covas abertas no cemitério de Vila Formosa, publicada em 02 de abril de 2020 no jornal estadunidense *The Washington Post*. Submetidos a um ambiente de pressão, inclusive por parte de algumas chefias, parcela significativa dos trabalhadores e trabalhadoras passou a sentir medo de dar entrevistas. A presença dos dirigentes sindicais fazendo a ponte entre as pesquisadoras e os participantes da pesquisa foi, nesse sentido, fundamental.

Este relatório, além desta apresentação, está organizado a partir de quatro seções. Na primeira são relatadas e tratadas informações sobre o serviço funerário municipal de São Paulo e sobre aspectos considerados relevantes para a compreensão das condições e situações de trabalho prévias à pandemia. As fontes utilizadas para esta parte do relatório foram disponibilizadas publicamente pela Prefeitura Municipal de São Paulo e aquelas obtidas junto ao Sindicato tanto durante as reuniões realizadas com a equipe como pelo acesso a relatórios produzidos pela entidade para compor o Inquérito Civil do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). Também compõem as fontes utilizadas as reportagens disponíveis no sítio da entidade sindical, assim como matérias divulgadas pela grande imprensa. Na segunda seção é apresentado o percurso metodológico da pesquisa. A apresentação dos resultados obtidos pela pesquisa e as análises desenvolvidas pela equipe compõem a terceira seção do relatório. Ao final, são tecidas considerações sobre a pesquisa e questões em aberto, a serem investigadas em outras oportunidades.



1

Sistema Funerário do Município de São Paulo

O sistema funerário do município de São Paulo era composto, no momento de realização da pesquisa, por 22 cemitérios públicos, com funcionamento das 7h às 19h, com horários regulares de sepultamentos entre 8h e 18h. Somavam-se aos cemitérios, um Crematório, localizado no bairro Vila Alpina, com funcionamento ininterrupto, e as unidades administrativas do sistema.

Segundo site da Prefeitura Municipal de São Paulo¹, os serviços prestados pelo setor funerário têm como ponto de partida a declaração de óbito, abrangendo o fornecimento de urnas ou caixões mortuários, a remoção e transporte dos mortos, a instalação e manutenção de velórios públicos, e a autorização e fiscalização de velórios particulares. A administração dos cemitérios é ainda responsável pela concessão de sepulturas para sepultamento, ossários; autorização para exumações e inumações²; autorização e fiscalização de construções funerárias, escrituração dos cemitérios e fiscalização de credenciado; além da realização dos procedimentos para cremação de restos mortais e a administração de fornos crematórios. Conforme o site oficial da Prefeitura, a autarquia não possui fins lucrativos e os serviços são oferecidos a preço de custo.

Os cemitérios, de acordo com os dirigentes do Sindsep-SP, podem ser tipificados a partir de três grandes grupos: a) cemitérios de túmulos, no geral destinados às famílias com maior poder aquisitivo, a exemplo dos cemitérios Consolação, Araçá, São Paulo e Quarta Parada; b) cemitérios híbridos, compostos por túmulos e jardins (com os corpos enterrados diretamente na terra), como os da Vila Alpina, Santana, Lajeado e Saudade; c) cemitérios de jardins, que atendem majoritariamente à população mais pobre, geralmente localizados em áreas periféricas, a exemplo do cemitério da Vila Formosa e de outros,

1 Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo. Serviço Funerário. Acesso à Informação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/aceso_a_informacao/index.php?p=183471. Acesso em 29mar.24.

2 Abertura de sepulturas e transferências de restos mortais

como o de Perus, Santana, Lajeado, Saudade, Itaquera, Cachoeirinha, São Luís, Vila Alpina.

Sobre os cemitérios de jardim, duas observações são pertinentes. Uma delas diz respeito ao Grande Cemitério Jardim, considerada a maior necrópole da América Latina, que ocupa uma área de 763.175 m², e conta com 24 salas para os velórios. No Cemitério Jardim são abertas regularmente 100 covas diárias. Divididos entre Formosa I e Formosa II, os sepultamentos são realizados de forma alternada. Enquanto uma parte do cemitério sepulta, a outra volta-se para a abertura de novas covas. A segunda observação diz respeito ao cemitério de Vila Alpina, onde também está instalado o Crematório, e que, por falta de espaço para abertura de novas covas, iniciou durante a pandemia um processo de verticalização, com o sistema de sepultamento em gavetas.

Os cemitérios e o crematório municipal contam com o serviço de velório. Trata-se de atividade que se mantinha, até o momento de realização da pesquisa, desenvolvida pelo setor público, mas com atuação da iniciativa privada.³ O serviço funerário da capital também conta com um Setor de Tráfego, cuja frota atualmente é, como parte de um processo de terceirização, fornecida por empresas privadas.

Compõem também o sistema, um conjunto de unidades administrativas, entre as quais destaca-se a do Polo Administrativo, local onde são realizadas atividades de controle do tráfego de veículos de transporte funerário da capital, além da expedição de materiais, a exemplo das urnas funerárias, que são armazenadas em espaço específico desta unidade.

³ Em período posterior à realização da pesquisa, em março de 2023, na gestão do prefeito Ricardo Nunes, os cemitérios e o crematório municipal foram privatizados.

1.1 Trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário

Conforme informações fornecidas pela representação sindical, em 2000, o serviço funerário chegou a contar com 2.200 trabalhadores e trabalhadoras efetivos. Entretanto, esse número observou decréscimo regular, já que o último concurso com vagas para o setor foi realizado em 2012. De lá para cá, tem-se observado o avanço dos processos de terceirização e privatização das atividades. No primeiro semestre de 2021, o sistema contava com 830 efetivos e cerca de 1.300 terceirizados. Entre os efetivos, conforme Avaliação de Compromisso de Desempenho Institucional do período de 2017-2018, disponibilizada pela Prefeitura⁴ em seu site oficial, 70% dos servidores da autarquia tinham entre 50 e 70 anos de idade.

O concurso de 2012 também resultou em uma novidade na categoria: um grupo de mulheres aprovadas para a atividade de sepultamento. A maioria, porém, foi aos poucos realocada para outros setores. Conforme se pôde apurar nas entrevistas, um dos problemas destacados para explicar essa migração disse respeito, na ocasião, à falta de condições específicas de trabalho (roupas e equipamentos em tamanhos não compatíveis, falta de sanitários femininos etc.). Mas a pesquisa pôde também apurar que, posteriormente, observou-se a volta de algumas mulheres para a atividade de sepultamento em função do aumento do valor da insalubridade (cerca de R\$350,00 no momento de realização da pesquisa). Vale destacar que o salário base de um sepultador ou sepultadora no momento da pesquisa era composto por: R\$755,00 (piso falso⁵), acrescido

⁴ Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo. Serviço Funerário. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/menu/teste/?p=270321. Acesso em 29mar.24.

⁵ Trata-se de referência à existência de patamares salariais mínimos (pisos) que não são efetivamente praticados dada a incorporação de gratificações ou outros acréscimos aos vencimentos mensais. Daí a expressão “piso falso”.

de gratificação (70% do salário) + insalubridade + adicional de difícil acesso. No início de carreira, o total a receber variava de R\$1.130,00 a R\$ 1.500,00. Sepultadores mais antigos recebiam em média entre R\$2.300,00 e R\$2.500,00, existindo situações em que os salários eram maiores em função de processos ganhos na Justiça, a exemplo dos relativos a acúmulo de quinquênios, entre outros.

1.2 Contexto pandêmico

A partir de março de 2020, com a declaração de pandemia por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a ocorrência no Brasil dos primeiros óbitos reconhecidos como relacionados à Covid-19, a atividade laboral no serviço funerário do município de São Paulo assumiu maior visibilidade. A foto das covas abertas no Cemitério Jardim, publicada no mesmo mês pelo The Washington Post, citada anteriormente, forneceu visibilidade e antecipou o que estava por vir.

No fim do mês seguinte, uma reportagem do Portal G1⁶ anunciou a abertura de 13 mil valas nos cemitérios da capital: “Cemitério Jardim (cerca de 8 mil), Vila Nova Cachoeirinha (cerca de 2 mil), São Luís (cerca de 3 mil)”. A mesma reportagem indicava a ampliação da capacidade de enterros “para 400 por dia”, suplantando uma “média histórica diária de [...] cerca de 240 por dia no período de verão” e de cerca de 300 por dia durante o inverno.

Alterações dessa magnitude não ocorrem sem impactar e sem pôr em evidência condições e situações de trabalho pré-existentes. Impõem também novas demandas para que a atividade laboral possa ser desenvolvida. A pandemia colocou

6 G1. Prefeitura de SP amplia vacinação para funcionários de cemitérios e os que fazem exame de Covid-19 em laboratórios da cidade. Portal G1, 30 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/30/enterros-aumentam-18percent-em-abril-em-sao-paulo-durante-pandemia-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 21fev2022.

em destaque formas particulares de precarização do trabalho, as tensões de uma atividade que tem como centro situações de morte e luto, além das repercussões do avanço da terceirização e privatização do setor.

Em 2014, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Serviço Funerário do Município de São Paulo e Ministério Público do Trabalho⁷ já indicava a existência de condições de trabalho bastante precarizadas. O TAC, dirigido ao Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, entre outras exigências, previa a necessidade de que “materiais como sacos com ossos” não fossem “depositados em locais próximos ao refeitório”; que fossem fornecidos “equipamentos de proteção individual constantemente a todos os trabalhadores”, com reposição sempre que necessário; que se fornecessem “uniformes e botas em quantidade suficiente e numeração adequada para reposição, conforme necessidade”; que se mantivessem os “armários em estado adequado” e com a devida reestruturação de forma a possibilitar que roupas de trabalho e pessoais fossem guardadas separadamente.

Passados seis anos, com o início da pandemia, tanto pelas informações obtidas junto ao sindicato como por meio dos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras, observou-se a persistência de parte do que foi assinalado no TAC e, dado o contexto, o agravamento da precarização.

No início da pandemia, o trabalho dos funcionários do sistema foi realizado com uma única máscara sendo utilizada durante 9 horas seguidas, sem álcool, sem luvas, havendo denúncias de locais com “falta de sabão e papel toalha nos banheiros dos velórios e cemitérios”.⁸ Inicialmente, os sepultadores e sepultadoras fizeram uso do macacão que era utilizado, até então, somente para atividades de exumação. O macacão acabou duas

7 MPSP; MPT. Procedimento Preparatório nº 003025.2013.02.000/4.

8 SINDSEP-SP. Segurança dos servidores municipais em risco, 21 de março de 2020. Disponível em: <https://sindsep-sp.org.br/noticias/funcionalismo/alerta-seguranca-dos-servidores-municipais-em-risco>. Acesso em: 21fev2022.

semanas após o início do uso. O contexto levou o Sindicato a indicar a possibilidade de paralisação das atividades.

Ainda em março, por meio do Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) determinou o afastamento de sepultadores⁹ com mais de 60 anos e com comorbidades, o que correspondeu, conforme a administração pública, a “60% dos 257 sepultadores do Serviço Funerário Municipal”¹⁰. Conforme o Sindsep-SP, foram afastados 120 sepultadores.

À época, o Sindicato defendeu que os trabalhadores a serem contratados para suprir a demanda no serviço funerário fossem incorporados por meio de contrato emergencial. A administração pública, entretanto, alegando os vínculos que esse tipo de contrato geraria e suas implicações com o contexto da pandemia, optou por contratar empresas terceirizadas. Foram então contratados 220 trabalhadores terceirizados, que começaram a trabalhar, em caráter temporário, em 30 de março de 2020.¹¹

No mês seguinte, com a execução de um Plano de Contingenciamento Funerário da PMSP, os trabalhadores e trabalhadoras dos cemitérios e do crematório municipal passaram a contar com máscaras, álcool, e mais macacões. Também é desse contexto a presença de câmaras frigoríficas e a chegada aos cemitérios de mais máquinas retroescavadeiras que, somadas às quatro pré-existentes, passaram a totalizar 18.

9 Ainda que existam mulheres na atividade de sepultamento, o afastamento atingiu apenas os homens.

10 Conforme reportagem publicada em 23/04/2020, Portal Cidade de São Paulo, 23/04/2020, disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-apresenta-plano-de-contingencia-e-novas-medidas-para-servico-funerario>. Acesso em: 21fev2022.

11 Idem.

1.3 Infecção por Covid-19 e vacinação

Não há informação precisa sobre infecção por Covid-19 entre os trabalhadores e trabalhadoras do quadro efetivo do serviço funerário municipal. Entre o início da pandemia e dezembro de 2021 foram registrados seis óbitos por Covid-19 neste grupo, três deles entre servidores do Polo Administrativo. Segundo um dos dirigentes sindicais, João Batista, em nenhum dos óbitos foi estabelecido o nexo com a atividade laboral. Chama a atenção o fato de nenhum dos seis servidores falecidos terem exercido atividades de sepultamento.

Ocorreu ainda, no período, o falecimento de mais um servidor público do polo administrativo, mas como resultado de parada cardíaca e sem aparente vínculo direto com a Covid-19. É também importante ressaltar que nos boletins produzidos pela Prefeitura¹² no contexto da pandemia, apenas os adoecimentos por Covid-19 que acometeram trabalhadores e trabalhadoras da saúde foram avaliados.

Quanto aos terceirizados, não houve, conforme os representantes do Sindsep-SP, levantamento e/ou controle de informações relacionadas às infecções, adoecimentos e óbitos. Tanto para efetivos como para terceirizados, não existiam, até o momento de redação deste relatório, dados disponíveis sobre afastamentos em função de infecção por Covid-19.

Sobre a vacinação, cerca de um ano após o início da pandemia, em fevereiro de 2021, diante de muita pressão da representação sindical, os sepultadores, motoristas, cremadores e veloristas (que recebem os caixões nos cemitérios), juntamente com os profissionais que exerciam outras atividades na chamada “linha de frente de combate à Covid-19”, passaram a integrar o plano municipal de vacinação (G1, 2021).

12 Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo. Vigilância em Saúde. Doenças e Agravos. Boletins Covid-19. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/doencas_e_agravos/coronavirus/index.php?p=295572. Acesso em: 21fev2022.

2

Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória quanto aos objetivos, que fez uso de entrevistas semiestruturadas. O roteiro das entrevistas, para além de questões comuns aos diferentes segmentos investigados no âmbito do projeto principal, contou com questões relativas à atividade no setor. Considerou-se, entre outras questões, a natureza do trabalho desenvolvido e as condições e situações específicas da atividade laboral; alterações observadas na atividade sob contexto pandêmico e suas repercussões objetivas e subjetivas; a atribuição de sentido e a identificação de formas de reconhecimento ou não do trabalho conforme o olhar dos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

2.1 Primeiros passos da pesquisa

O processo de investigação desenvolvido junto ao serviço funerário do município de São Paulo começou a ser executado em 23 de fevereiro de 2021, quando ocorreu a primeira reunião da equipe com representantes do Sindsep-SP. A pesquisa foi projetada, em sua versão inicial, para ser desenvolvida junto ao segmento de trabalhadores e trabalhadoras que atuavam na atividade de sepultamento. Esse planejamento, que partia da hipótese de ser este o segmento potencialmente mais exposto à infecção por Covid-19, foi posteriormente revisto.

Estava também previsto no plano original que, dada a dificuldade destes participantes acessarem a internet, a equipe buscava formas alternativas de acesso ao questionário disponibilizado on-line, que compunha a etapa quantitativa da pesquisa. Impressos, esses questionários seriam deixados nos locais de trabalho sob a responsabilidade de um trabalhador ou trabalhadora de referência, já que o contexto pandêmico, o ritmo e intensidade de trabalho nos cemitérios e a dificuldade de acesso aos sepultadores dificultavam a aplicação deste instrumento de pesquisa. Além disso, a não vacinação de par-

te da equipe foi assumida como impeditiva à ida regular das pesquisadoras a campo.

Em abril de 2021, quando estava previsto o início das idas à campo, dois representantes do Sindsep-SP que integravam a equipe de pesquisa, Elionara (assistente social) e Roberto Alves (diretor), foram infectados pelo coronavírus. Contribuiu também para a suspensão temporária da ida à campo, o afastamento, também por motivos de saúde, do diretor João Batista Gomes (Sindsep-SP). Esse conjunto de situações colaborou para que a aplicação dos questionários impressos não se efetivasse e a realização das entrevistas qualitativas fosse adiada.

Com a equipe desfalcada, uma das integrantes propôs-se a dar andamento às entrevistas qualitativas. O fato de já ter sido vacinada a colocava em condições mais seguras que as das demais integrantes. Mas após duas tentativas frustradas de estabelecer contato com os trabalhadores do cemitério e crematório da Vila Alpina, considerou-se que a presença dos dirigentes sindicais durante as idas aos locais de trabalho era fundamental. Dessa forma, as entrevistas, que tiveram seu início em maio de 2021, foram realizadas por duas pesquisadoras da equipe e acompanhadas pelo diretor Vlamir Lima (que assumiu as tarefas antes atribuídas a João Batista) e seu assessor, João Santana.

2.2 Participantes da pesquisa e realização das entrevistas

O universo de participantes da pesquisa foi constituído por trabalhadores e trabalhadoras vinculados ao serviço funerário municipal paulistano que, dadas as características do trabalho desenvolvido, exerceram atividades ao longo da pandemia de forma presencial. O conjunto de entrevistados(as) foi composto por critério de acessibilidade, contemplando participantes que exerciam diferentes atividades laborais, todos/as servido-

res/as efetivos. A composição final subordinou-se à quantidade de acessos disponíveis, limitados pelo contexto pandêmico, e à saturação das informações obtidas. Ainda que tenha se desenvolvido ações no sentido de incorporar trabalhadores/as terceirizados/as, a equipe não obteve êxito.

Foram realizadas 14 entrevistas que contaram com a participação de 16 pessoas (em duas ocasiões, a entrevista obteve dupla participação), entre elas, seis mulheres e dez homens, lotados em dois cemitérios (um de túmulo e outro de jardim) e em um polo administrativo. Quanto às funções, quatro participantes são sepultadores; uma é velorista; um é porteiro; um é motorista; seis executam atividades administrativas; dois trabalham em almoxarifado; um na expedição de urnas.

As entrevistas foram realizadas entre maio e julho de 2021, momento no qual a curva de óbitos, após o pico observado em março e abril, iniciou movimento descendente. A categoria também havia tido acesso à vacinação. Somente uma entrevista foi realizada por meio virtual. As demais foram desenvolvidas nos locais de trabalho. Para evitar identificação, os nomes dos entrevistados foram alterados.

2.3 Roteiro de entrevista

As entrevistas, semiestruturadas, contaram com um roteiro que foi construído em duas instâncias. Questões gerais, aplicáveis a diferentes categorias profissionais, resultaram de reuniões específicas de um amplo grupo de pesquisadoras e pesquisadores incumbidos de desenvolver a etapa qualitativa do projeto principal. Do ponto de vista específico, a equipe responsável pelo recorte sobre trabalho e Covid no serviço funerário, com a colaboração dos representantes da entidade sindical, incorporou tópicos relativos às particularidades das condições e situações de trabalho no serviço funerário.

O roteiro, portanto, considerou: a) A natureza do trabalho desenvolvido e as condições e situações específicas da ativi-

dade laboral no serviço funerário; b) As alterações observadas na atividade sob contexto pandêmico e suas repercussões objetivas e subjetivas; c) A percepção e conhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a pandemia, o vírus, a vacina, as formas de infecção, medidas de prevenção e contenção da pandemia; d) A atribuição de sentido e a identificação de formas de reconhecimento ou não do trabalho conforme o olhar dos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

FOTO: Edi Sousa/SINDSEP



PROTESTO de servidores contra condições precárias de trabalho. Publicada em 15/04/2020 em Notícias do IWL (<https://www.institutowalterleser.org/copia-noticias-contaminasaude>)

2.4 Categorias temáticas de análise

Para análise dos resultados, inspirada na análise via núcleos de significação (Aguiar; Ozella, 2006), a equipe construiu 8 (oito) categorias temáticas. São elas: (1) Processo de trabalho no contexto pandêmico; (2) Identificação de condições e situações favoráveis à infecção / adoecimento; (3) Testagem para Covid; (4) Poderes públicos: prevenção e resposta à doença; (5) Compreensão sobre a pandemia em si e sobre a vacina; (6) Trabalho e carga emocional; (7) Sentidos do trabalho e percepções sobre o próprio trabalho; (8) Serviço público e trabalho terceirizado.

Realizadas as entrevistas, considerou-se inicialmente a leitura individualizada e flutuante do material transcrito objetivando a familiarização e apropriação e construção de um conjunto de temas provisórios. Uma nova leitura observou a recorrência dos temas, carga emocional e expressões utilizadas nos relatos, contradições aparentes em cada entrevista e entre elas, identificação de aspectos e percepções convergentes e divergentes. Adotou-se também, nesta etapa, o cotejamento, quando necessário, entre relatos dos participantes e informações fornecidas pela entidade de classe, documentos oficiais e reportagens da imprensa. O conjunto de temas prévios, sistematizados à luz dos objetivos de pesquisa, possibilitou a definição das categorias de análise.

3

Resultados e Análise

3.1 Serviço funerário, trabalho e pandemia

Durante a pandemia, o trabalho no serviço funerário comportou alterações substanciais. Essas mudanças, tal como indicam os depoimentos colhidos pela pesquisa, entrelaçam aspectos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos. Esses aspectos, por sua vez, ainda que alterados no contexto em questão, já encontram-se presentes no desenvolvimento do trabalho em sua cotidianidade.

Do ponto de vista quantitativo, uma das evidências relaciona-se ao aumento na média diária de óbitos e sepultamentos na capital paulista a partir de março de 2020, com picos em dois períodos: de abril a agosto/2020, e de dezembro/2020 a agosto/2021, quando a média diária de sepultamentos ficou acima dos 200 e, em dois meses seguidos de 2021, acima dos 300.

QUADRO 1 - Óbitos / Sepultamentos na Cidade de São Paulo - 02/2020 a 12/2021

MÊS/ANO	ÓBITOS NA CAPITAL	SEPULTAMENTOS	MÉDIA DIÁRIA SEPULTAMENTOS	BOLETINS DO SFM
02/2020	5.941	5.189	178,93	nº25,31/07/20
03/2020	7.065	6.056	195,35	nº25,31/07/20
04/2020	8.296	7.350	245	nº86, 30/09/20
05/2020	9.742	8.368	269,93	nº86, 30/09/20
06/2020	8.888	7.693	256,43	nº147, 30/11/20
07/2020	8.188	7.021	226,42	nº209, 31/01/21
08/2020	7.977	6.769	218,35	nº209, 31/01/21
09/2020	6.768	5.779	192,63	nº209, 31/01/21
10/2020	6.505	5.555	179,19	nº268, 31/03/21
11/2020	6.603	5.549	184,96	nº268, 31/03/21
12/2020	7.700	6.411	206,80	nº329, 31/05/21
01/2021	8.196	6.679	215,45	nº329, 31/05/21
02/2021	7.087	5.964	213	nº390, 31/07/21
03/2021	12.134	9.985	322,09	nº390, 31/07/21
04/2021	11.246	9.041	301,36	nº451, 30/09/21
05/2021	9.802	7.970	257,09	nº451, 30/09/21
06/2021	9.086	7.422	247,40	nº451, 30/09/21
07/2021	8.701	7.114	229,41	nº543 31/12/2021
08/2021	7.906	6.538	210,90	nº543, 31/12/2021
09/2021	6.806	5.658	188,60	nº543, 31/12/2021
10/2021	6.826	5.576	179,87	nº543, 31/12/2021
11/2021	6.333	5.040	168	nº543, 31/12/2021
12/2021	7.206	5.738	185,09	nº543, 31/12/2021

Fonte: Boletim Informativo – Sepultamentos e Óbitos na Capital no ano da Pandemia Covid. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/acesso_a_informacao/index.php?p=299555> Acesso em 21fev.2022.

Ainda que a pandemia tenha atingido o sistema funerário paulista como um todo, a repercussão nas unidades operacionais e administrativas ocorreu de forma diferenciada. Cemitérios de jardim, a exemplo do Cemitério Vila Formosa, voltados ao atendimento de segmentos mais pobres da população, assim como setores administrativos, como o Polo de Vila Guilherme, absorveram de forma acentuada o aumento da quan-

tidade de sepultamentos.

No caso de Vila Formosa, a ampliação do volume de enterros demandou, em alguns meses de 2021, a instituição de turnos de trabalho noturnos. Vale dizer que, em situações regulares, a atividade de sepultamento se encerra às 18h.

No que se refere às unidades administrativas, destaca-se o Polo da Vila Guilherme, local onde são armazenadas as urnas funerárias da capital, desenvolvidas atividades de expedição, além de realizado o controle do tráfego de veículos de transporte funerário. Ou seja, uma unidade do serviço funerário significativamente impactada pelo aumento dos óbitos e sepultamentos na capital paulista e na qual ocorreram, em abril de 2021, três óbitos de trabalhadores com diagnóstico de Covid-19.

Este é o cenário no qual vão ocorrendo rearranjos no processo de trabalho capazes de articular condições e situações pré-existentes a outras, agravadas pelo contexto pandêmico. Nas palavras de um dos entrevistados pela pesquisa, Vinícius, que exercia a atividade de motorista, estas alterações oscilaram “para pior”.

3.1.1 Processo de trabalho no contexto pandêmico

A chegada da pandemia, segundo Vinícius, motorista de um Cemitério Jardim, ocorreu em um contexto já demarcado pela diminuição, no serviço funerário, do número de trabalhadores e trabalhadoras concursados. Conforme o entrevistado, dos 2.200 funcionários do passado, restaram, no serviço funerário como um todo, apenas 860.

Números semelhantes aos mencionados pelo servidor foram apresentados no Jornal do Sindsep-SP. Conforme pesquisa realizada pelo DIEESE, os 2.163 funcionários vinculados à autarquia no ano 2000 foram reduzidos a 1.020 em 2018. Essa diminuição no contingente de trabalhadores teria implicado

na alteração do número de sepultamentos realizados por trabalhador: de 22,9 sepultamentos/funcionário para 52 sepultamentos/funcionário. Informações disponíveis no Portal de Dados Abertos da Prefeitura Municipal de São Paulo¹ revelam, a partir da análise das folhas de pagamento, redução similar. Conforme o Portal, existiam 1.303 servidores concursados em abril de 2014; em abril de 2021 eram apenas 708. Uma parte dessa redução foi sendo suprida ao longo do tempo por força de trabalho terceirizada. Esse processo, conforme relata Vinícius e outros participantes da pesquisa, amplificou-se durante a pandemia, ainda que em número insuficiente para dar conta do aumento das demandas de trabalho.

Conforme o motorista, nos momentos mais críticos da pandemia foi possível observar “gente se penalizando na quadra”, sem que fosse viável a realização de revezamento. Também pôde-se observar situações em que o transporte dos corpos pelo carro funerário, ao invés de comportar um só corpo, passou a carregar três ou quatro, ensejando, inclusive, procedimento irregular. De conjunto, ainda de acordo com o trabalhador, observou-se a acentuação do que ele denominou de sobrecarga de trabalho.

As questões levantadas por Vinícius remetem a aspectos relevantes dos *processos de trabalho*, destacando suas incidências a partir de um contexto particular, o pandêmico.

Processos de trabalho são formas de interação constituídas social e historicamente, mas que assumem contornos particularizados quando observadas a partir de grupos específicos (Laurell, Noriega, 1989), a exemplo da atividade laboral desenvolvida no serviço funerário do município de São Paulo e, mais especificamente, nos três locais de trabalho acessados pela equipe de pesquisa.

O campo da medicina social latino-americana, em diálogo com o método materialista histórico, considera o *processo de*

¹ Portal de Dados Abertos da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/folha-de-pagamento-sfmsp. Acesso em 29mar2024.

trabalho em sua dinâmica contraditória. Concebe, portanto, o trabalho como atividade humana fundante, transformadora, marcada por intencionalidades, que desenvolve-se objetiva e subjetivamente. Enquanto atividade histórica e socialmente constituída, entretanto, o trabalho não se desenvolve alheio às hierarquias e relações de exploração e dominação que estruturam e organizam a vida em sociedade. Processos de trabalho desenvolvem-se no confronto entre potencialidades humanas, constrangimentos inerentes às relações de exploração e dominação, e formas de resistência à desumanização (Laurell, Noriega, 1989). Essas formas de resistência, tal como ressaltava Seligmann-Silva (1988, 2011), são essenciais para a preservação da saúde.

Nesta pesquisa, portanto, a carga de trabalho é compreendida como um processo dinâmico de inter-relação entre os diferentes elementos que constituem e incidem no processo de trabalho e, como não poderia deixar de ser, nos corpos daqueles e daquelas que o exercem. Nesse sentido, numa perspectiva ampliada, considera-se que as cargas de trabalho articulam elementos que conferem desgastes diversos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras (Seligmann-Silva, 2011).

Laurell e Noriega (1989), ao analisarem a carga de trabalho, observaram duas articulações muito pertinentes a esta pesquisa. A primeira delas diz respeito à sua decomposição, para efeito de melhor apreensão do processo, em diferentes tipos de cargas: cargas físicas, cargas químicas e biológicas, cargas mecânicas, cargas fisiológicas e psíquicas. A segunda indica como a carga de trabalho, compreendida como “movimento dinâmico dos processos de trabalho” (p.110), é fonte propulsora de “processos de adaptação que se traduzem em desgaste”, sendo este “entendido como perda da capacidade potencial e ou efetiva corporal e psíquica” (p. 110).

É também importante destacar a referência recorrente feita pelos entrevistados e entrevistadas à carga emocional inerente à atividade que desenvolvem. Essa indicação dialoga profundamente com a natureza do trabalho desenvolvido, de cuidado, e

com as especificidades do segmento funerário e do público ao qual se dirige parte da atividade, o familiar enlutado.

Soares (2012) destaca as múltiplas dimensões que caracterizam o trabalho de cuidado. A física, exigida na mobilização do corpo; a cognitiva, implicada no conhecimento sobre o que se realiza; a de gênero, também observada no que Hirata e Ker-goat (2007) denominam de divisão sexual do trabalho; a relacional, que demanda qualificações muitas vezes invisíveis, mas necessárias às interações com os destinatários do trabalho, a exemplo da capacidade de controle das próprias emoções; e a emocional, que envolve, entre outras facetas, a gestão das emoções daquele a quem é dirigido o trabalho.

Os resultados da pesquisa, conforme se poderá observar ao longo do relatório, ressaltam diferentes situações em que ganham forma as distintas manifestações dessa carga de trabalho, a exemplo das situações descritas a seguir.

Carmen, sepultadora do Cemitério Jardim, ao falar sobre seu trabalho, relatou revezar entre as atividades do setor administrativo do cemitério e as de sepultamento: “Eu estou trabalhando na administração, aí quando chega [sepultamento] infantil para fazer, me dirijo à quadra de sepultamento infantil e enterro”. Seu depoimento, além de evidenciar processos de flexibilização do trabalho, com a incorporação de práticas de polivalência e multifuncionalidade, evidenciou também a presença de uma forma particular de desvio de função no serviço público, que impõe ao trabalhador ou trabalhadora o exercício, em momentos distintos da jornada de trabalho, de atribuições de seu cargo de concurso acrescida de uma função, de desvio, para qual não foi remunerado. A situação, comum no serviço público desde antes do contexto pandêmico, também reflete a falta de admissão de novos servidores e suas repercussões na carga de trabalho daqueles e daquelas que compõem o quadro funcional do sistema funerário.

Vinícius, motorista, ao mencionar o transporte de três ou quatro corpos em um carro destinado a conduzir apenas um por vez, indica a ampliação da produtividade e intensidade

do trabalho, o que pode também ser lido à luz da ampliação da carga biológica (especialmente ampliada no contexto pandêmico), da carga mecânica (vale lembrar que é parte das funções do motorista a remoção dos corpos), além da carga fisiológica e psíquica.

O depoimento da velorista Marília também ilustrou como o processo de trabalho é articulador de diferentes níveis de carga de trabalho. Marília relata parte das mudanças ocorridas na relação de atendimento às famílias dos sepultados. Ressalta que diante da intensa demanda, as pessoas passaram a ser atendidas por senhas numéricas, ao invés de serem chamadas nominalmente, situação que se fez necessária, mas que a afetou psicologicamente.

No caso de Covid não existe o velório. Então, é sepultamento direto. [...] a pessoa chega, é até meio estranho falar..., mas hoje a gente atende Covid por senha. A pessoa chega... O Covid chegou num nível que a gente não tava dando mais conta. Hoje nós estamos com duas semanas bem tranquilas, mas chegou uma hora que a gente estava se enrolando com os nomes e foi necessário dar senhas... na questão da Covid foram tantos casos que as pessoas acabaram virando números mesmo. Realmente perderam toda a identidade. Isso é muito triste.

Selma e Luciano, ouvidos na quinta entrevista realizada, descreveram o aumento da carga de trabalho física, mas atrelaram sua ampliação também ao falecimento do chefe do setor em que trabalhavam, com o qual mantinham relação de amizade, apontando também que as repercussões observadas nas condições de trabalho não foram apenas materiais, mas também afetivas.

Tarcísio, sepultador do Cemitério Jardim, descreve como a Covid-19 impôs maior rigor quanto ao uso de equipamentos de proteção, o que também tornou o dia a dia do trabalho mais desgastante.

Sem o uniforme [macacão de proteção à contaminação biológica] eu consigo ficar o dia todo fazendo sepultamento, mas com essa Covid e com o uniforme, das sete da manhã às dez da manhã eu já fico muito mais cansado, transpiro o dobro, chego a passar mal porque o uniforme de uso diário não é da qualidade para isso.

Um dos poucos entrevistados que afirmou não ter identificado ampliação da carga de trabalho foi o sepultador Ivo, que afirmou não ter observado aumento do número de sepultamentos. Mesmo assim, outros dois trabalhadores administrativos vinculados ao mesmo local de trabalho, Plínio e Augusto, atestaram ter ocorrido aumento no número de sepultamentos, o que corrobora com os indicadores então divulgados pela PMSP (Quadro 1). É possível que a não percepção de Ivo, entre outros fatores, esteja relacionada ao fato de estar inserido em um cemitério de túmulos, que atende uma região mais abastada do município e, portanto, com ritmo de sepultamentos menor inclusive antes da pandemia.

O entrevistado Guilherme, que atuava como sepultador, ao contrário da experiência de Marília, relatou ter observado uma redução da carga afetiva de sua atividade:

Na pandemia, o que que acontece? Com os sepultamentos de Covid, de certa forma melhorou para nós porque estamos tendo menos contato com os munícipes. Os velórios são só 10 pessoas. Não pode revezar. Os enterros que vêm direto não param na capela, quando é Covid. Já vai para enterrar direto. Então, no nosso caso... Aumentou o serviço físico em si, mas essa abordagem com o munícipe, direta, nós temos bem menos. Então, nesse ponto de vista deu uma melhorada. Mas aumentou [a carga física].

Letícia, que trabalhava com a expedição de urnas e no setor de flores, relatou que, além da sobrecarga, estratégias para tornar o trabalho mais leve e suportável foram prejudicadas pela administração, como a retirada de um equipamento de TV e com o fim do café da manhã oferecido aos trabalhadores

e trabalhadoras. Para ela, ações desse tipo acentuaram o sentimento de desvalorização do trabalho realizado, questão que será abordada de forma aprofundada adiante.

3.1.2 Identificação de condições e situações favoráveis à infecção / adoecimento

Conforme já descrito, as condições de trabalho no Serviço Funerário se mostraram precárias desde antes do cenário pandêmico, com EPIs insuficientes ou inadequados, espaços impróprios para higiene e refeição, entre outras situações. Sob a ameaça da infecção pela Covid-19, porém, a situação assumiu novos contornos. A identificação de situações favoráveis à infecção, nesse sentido, permitiria que fossem desenvolvidas ações sobre as mesmas ou que se cobrassem medidas para tal. Entender a leitura dos trabalhadores e trabalhadoras sobre sua situação também lança luz às informações difundidas entre a categoria.

Quanto às condições e situações de trabalho favoráveis à infecção, os relatos ressaltaram diferentes aspectos:

a) LIMITAÇÃO DE ARMÁRIOS individuais para guardar roupas de trabalho, situação que já era observada antes, mas que no contexto pandêmico assumiu novos contornos.

Eles contratam terceirizados para fazer sepultamento noturno. E os caras trabalham, aquela roupa que ele utilizou, mesmo com o macacão, ele descarta sem um armário. Aqueles caras colocam as roupas tudo junto, uma com outra, tudo amontado. E se aquela pessoa pegou um ônibus e está contaminada a roupa dele? Vai passar pra todo mundo. Porque eles não sabem a estrutura do cemitério, eles não têm conhecimento que ele precisa de um armário para guardar a roupa dele de forma segura, individual. Não. Aí contrata os terceirizados, não oferecem um armário, os meninos vão colocar as roupas tudo junto. (Carmen, sepultadora)

b) ESPAÇO ADMINISTRATIVO reservado ao atendimento do público sem condições de distanciamento e de ventilação adequadas.

Lá mesmo, na administração do Cemitério Jardim, é um balcão minúsculo. Eu não sei quantos centímetros têm. Eu sei que a gente fica cara a cara com o munícipe. E ele coloca os objetos dele e se apoia lá, e não forneceram nenhum tipo de grade, ou aquele protetor de plástico. E não tem ventilação. E aí entra de 2, 3, 4, tudo ao mesmo tempo. O motorista também entra e encosta. E ele vem do hospital, ele vem de todo lugar. Os familiares, que muitos estão [com] Covid e vão para o funeral, que a gente sabe, eu já presenciei... E é isso. A gente fica muito exposto a pegar [infectar-se]. (Carmen, sepultadora)

Marília, velorista da mesma unidade de trabalho de Carmen, descreve que, até sua entrada no setor, vinda de outro cemitério, o trabalho se encontrava bastante desorganizado, sem respeitar as normas de distanciamento social.

Quando eu cheguei aqui era uma bagunça. Muita gente dentro da sala, muita gente, mas eu falei: "não, vamos parar! Vamos colocar macacão! Cada um no seu quadrado!", entendeu? Não é... Porque às vezes o pessoal acha que eu cheguei mandando, que quero fazer... Mas não, é pela segurança dos colegas. Tanto que aqui a gente não teve nenhuma baixa! Tiveram pessoas que se infectaram sim, mas a gente não teve nenhuma baixa! Então graças a deus por isso, né? E é o maior cemitério da América Latina, né? A gente tem muito funcionário, né? Teve os infectados, né, mas graças a deus a gente conseguiu, não proliferou...

O depoimento de Marília sugere que as iniciativas no sentido de organizar o trabalho de forma a mitigar o processo de circulação do vírus, portanto, não partiram da Administração ou do Serviço Funerário como um todo, ficando à mercê de ações e posturas individuais. Essa situação, e a associação à infecção pela Covid-19, aparece também nas palavras de Tar-

císio, sepultador do Grande Cemitério Jardim: “Interessante essa pergunta, porque quem mais teve Covid foram os funcionários do setor funerário que trabalhavam internos, administrativo. Talvez porque eles trabalham em um ambiente que não circula muito o ar”.

c) AMBIENTE ADMINISTRATIVO sem condições de ventilação ou distanciamento adequados

A referência a um setor com maior incidência de casos de Covid, feita por Tarcísio, remete ao Polo Administrativo. A visita a este local pôde constatar tratar-se de ambiente escuro, pequeno e com poucas janelas para a circulação de ar. As mesas e cadeiras dos setores estavam próximas, dificultando o respeito ao distanciamento social. Nem todos os trabalhadores e trabalhadoras utilizavam máscaras. Letícia, que trabalhava com a expedição de urnas, confirmou que nem todos usavam a máscara, mas que tentava conscientizar os colegas a respeito.

Conforme Nivea, trabalhadora administrativa da unidade,

tem que ter mais investimento no trabalho home office já que a gente não pode se aglomerar. Tem que ter mais investimento em relação a plataforma, [...] a gente trabalha aglomerado, tem que trabalhar mais separado. E a testagem em massa. Então, assim serviços essenciais como o nosso teve um índice de óbitos e de contaminação cruzada, risco biológico. Então, eles [os gestores públicos] tinham que fazer um estudo mais aprofundado em relação aos trabalhadores que lidam diretamente e indiretamente com o vírus.

Sobre a testagem em maior escala, mencionada pela entrevistada, o recurso só foi adotado em situações específicas, a exemplo dos casos de óbitos ocorridos entre trabalhadores do Polo Administrativo. Em uma das ocasiões, conforme relato da trabalhadora, 11 trabalhadores testaram positivo, ainda que não apresentassem sintomas da Covid-19.

d) AMBIENTE DO REFEITÓRIO (V. Formosa) sem espaço e ventilação adequados

A existência de ambientes sem ventilação adequada também foi relatada nos cemitérios. Ainda que nestes locais parte do trabalho fosse realizado à céu aberto, ao ar livre, e, portanto, espaços menos favoráveis ao contato com o vírus, estes trabalhadores também faziam uso de espaços fechados, a exemplo dos refeitórios e vestiários, cujas condições de ventilação e possibilidade de distanciamento eram desfavoráveis. Tal como relatou Carmen, sepultadora que também exercia na ocasião da pesquisa atividades administrativas,

O refeitório é pequeno, quando é o horário de almoço, que eles terminam abertura de covas, sobe todo mundo junto. O refeitório tem duas mesas para uns 30 caras. São mesas compridas, uma de frente pra outra. Só que não é o suficiente. Elas são compridas, mas não dá pra atingir o distanciamento seguro.

Tarcísio também abordou a situação do espaço destinado às refeições. Afirmou que “o refeitório podia ser melhor”. Segundo ele, “anos atrás, o sindicato, nós exigimos reformas, mas como eu disse, nossa profissão é dos profissionais invisíveis.” Relatou ainda que uma das formas encontradas para amenizar o problema, garantindo algum distanciamento, foi o estabelecimento de escala para o almoço: “Sobe três, para manter o distanciamento de um metro e meio, depois desce, sobe mais três. Nós fazemos a nossa escala, porque lugar adequado nós fazemos o que podemos, o que temos”. O relato de Tarcísio reforça a ideia de que as medidas de proteção cotidiana ficaram a cargo dos trabalhadores e trabalhadoras.

e) ACESSO a produtos de higienização, máscaras e demais equipamentos de proteção individual

O acesso ao álcool gel foi garantido pela Administração pública, ainda que o produto, quando dissociado de outras formas de proteção, tenha se mostrado ineficaz para conter o

contato com o vírus e a infecção. Quanto ao uso de máscaras e outros equipamentos individuais, destacaram-se nas entrevistas os relatos sobre o pouco ou nenhum acesso por parte dos terceirizados, o que levou os trabalhadores concursados a oferecerem seus próprios equipamentos. Segundo Carmen, sepultadora,

As empresas, durante a pandemia, não fornecem material em quantidade necessária para os terceirizados. Os servidores de carreira cedem seus materiais de proteção, muitas vezes, para que o serviço não pare. Relatos sobre falta de máscara, macacão, botas de tamanho inadequado para o trabalhador. Falta de armários para guardar as roupas usadas.

Tarcísio, também sepultador no mesmo cemitério que Carmen, afirmou crer que os macacões fornecidos pela Prefeitura são de qualidade inferior.

Nós temos uniformes de proteção: luva, álcool gel e máscara, porém, os nossos uniformes, o macacão branco, eles não são especialmente para isso, os uniformes macacão branco de proteção da terceirizada chega a ser melhor que o nosso. O nosso não deixa respirar, nem transpirar. O macacão da terceirizada já chega a ser melhor, que permite uma proteção, uma transpiração.

Sobre os EPIs, Augusto, trabalhador administrativo do Cemitério de Túmulos, afirmou que não foram fornecidos em quantidade suficiente, especialmente máscaras. Destacou que, se não faltou equipamento foi por esforço pessoal do administrador da unidade, que comprava ele mesmo os equipamentos ou valia-se da estratégia da “vaquinha”, rateando os custos do material com demais trabalhadores e trabalhadoras.

O uso de EPIs, a exemplo das máscaras e do álcool gel, conforme pôde constatar a pesquisa, figurou no imaginário dos entrevistados como a principal estratégia para a proteção contra o coronavírus. Ainda que em alguns depoimentos

destaquem outras condições e situações favoráveis à infecção, há pouca reflexão ou consideração sobre aspectos estruturais, como ventilação das áreas ou iniciativas de reorganização do trabalho viabilizadoras do distanciamento social. Este último, em alguns depoimentos, aparece na forma de estratégia individual, conforme destaca-se a seguir.

Então como a gente tem esse trabalho emergencial, a gente vem e enfrenta. Mas com todos os cuidados, sempre passando álcool, tanto que eu nunca peguei ainda. Trabalhei toda pandemia e não peguei nada. Porque sempre de máscara, sempre passando álcool, o tempo todo passo álcool. Apesar que o álcool daqui não ser dos melhores. Mas, mesmo assim a gente tá passando, né. (Letícia, expedição de urnas)

Sim, eu particularmente uso 12 horas de máscara, né. O álcool eu não uso tanto. Eu prefiro lavar direto a mão. Lavar direto a mão, troquei de horário de almoço. Eu comia antes no refeitório com os colegas. Agora como sozinha na mesa, em horários diferentes. Não procuro ficar em lugar que tá muita gente. E sempre usando a máscara, né. (Nivea, administrativo)

Com relação ao serviço funerário, é só mesmo o que sai é o de praxe: lavar a mão, usar álcool em gel, usar máscara, né. Os EPI's, o serviço funerário fornece: máscara, luva, o álcool gel, eles fornecem, né. (Adelson, administrativo)

3.1.3 Testagem para Covid

O recurso da testagem, desde que começou a ser utilizado, atingiu somente trabalhadores e trabalhadoras diretos, concursados, do serviço funerário. A testagem foi sendo realizada para casos em que havia suspeita de infecção, com sintomas. Entretanto, a testagem não foi estendida à família do trabalhador e trabalhadora ou a pessoas com as quais manteve contato. Conforme Carmen, que por um período acompanhou de perto os procedimentos, “não tinha como estar conversando com todos os familiares para saber se eles já sabiam das orientações ou pedir o afastamento para os familiares também. Então, é uma coisa mais... Por falta de pessoal também.”

O processo de testagem e afastamento, por sua vez, não foi realizado centralizadamente, gerando formas diferenciadas de controle da infecção / doença entre efetivos (concurados) e terceirizados.

O RH do serviço funerário, pelo menos, e o serviço social, não sabia como é que estavam procedendo. Era um outro RH, que parece que não se conversavam. [...] Eu vi casos do ano passado [2020] que funcionários estavam passando mal, com suspeita de Covid, ia no posto e pegava atestado de 5 dias. Com atestado de 5 dias, se você está com Covid, você vai fazer o que? No sexto dia você vai sair transmitindo para o resto das pessoas. E eu mandei e-mail. Falei assim: “o fulano por cinco dias já vai estar com o teste pronto?” E não se conversava. Tipo, “se ele estiver bem, ele vai voltar a trabalhar” – na época que não tinha teste... (Carmen)

O depoimento de Carmen, para além da questão imediata, relativa à infecção e suas consequências para o(a) servidor(a), seus familiares e colegas de trabalho, remete às condições desiguais e ainda mais precarizantes embutidas pelo processo de terceirização, tratadas adiante.

Ainda sobre a testagem, a trabalhadora Nívea reforçou a insuficiência do procedimento na unidade.

É assim o que eu vejo, é que na minha opinião, se você tem pessoas contaminadas, a testagem tinha que vir aqui. Nós devíamos ser testados todos os meses, todo mês, as pessoas que trabalham no serviço funerário. E ser incluído no calendário de vacinas, porque toda vez é essa briga, essa luta. Qual impacto que a Covid teve sobre os trabalhadores do serviço funerário? Devia ter um estudo sobre isso. E ter a testagem todo mês. (Nívea)

a) Medo de se infectar

Ao tratar sobre o medo entre os trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário, Carmen estabeleceu uma correlação que merece destaque. Por um lado, salientou o convívio, dada

a natureza das atividades desenvolvidas, com a morte e, em alguma medida, uma certa assimilação de sua ocorrência como parte da vida. Por outro, destacou como o contexto pandêmico ressignificou essa relação com a morte, dada a acentuação de sua dimensão de descontrole e imprevisibilidade. Segundo a trabalhadora,

no ano passado, ninguém queria trabalhar [...] e é reflexo do medo da morte. Então a gente não tem medo da morte? A gente trabalha com aquilo. E aí, no ano passado todo mundo ficou com medo de morrer? [...] Antigamente, morrer ok. Agora não tá mais ok. Agora, ‘eu quero viver’, mesmo sabendo que é o normal, o natural, a pessoa nasce e vai morrer. Mas no ano passado já não era bem assim. A gente nasce e quer viver. (Carmen)

Esse medo, complementou a trabalhadora, também se expressou no início da pandemia na ampliação de solicitações de afastamento do trabalho, mesmo entre aqueles que não se enquadravam nos critérios de comorbidades e idade a partir dos 60 anos. Uma parte, segundo seu relato, afastou-se com atestados que indicavam “problemas psicológicos”.

Muitos entrevistados também comentaram que a falta de testes causou insegurança tanto por parte dos colegas sintomáticos quanto pelo risco, nos casos assintomáticos, da disseminação da doença também entre os familiares.

Outra expressão de medo ou receio de se infectar e adoecer, conforme a mesma entrevistada (Carmen), manifestou-se no maior controle, ao menos no primeiro ano da pandemia, do uso de bebidas alcoólicas entre os sepultadores.

Quem bebia não teve o excesso. Já bebia, mas não passou daquilo. Eu acho que porque os bares estavam fechados, né? Depois da abertura, eu não sei se falar como é que ficou. Mas, no início, até maio do ano passado, ninguém queria saber de beber. As pessoas se reservaram, os sepultadores se reservaram um pouquinho. [...] Eu tinha contato com os familiares. O pessoal sempre me ligava na semana, reclaman-

do da bebida e outras drogas. Aí, de repente, diminuíram, falando 'tá em casa quietinho', 'não tá bebendo não. Nem bebida em casa quer' (Carmen)

Episódios de "pânico" foram relatados por Nívea, trabalhadora lotada no Polo Administrativo, referindo-se especialmente ao período em que, além dos três óbitos de servidores da unidade. Na unidade, a testagem dos trabalhadores do local identificou 11 casos assintomáticos. Essa ameaça "invisível" a fez mais ciente de sua exposição e vulnerabilidade ao vírus, o que intensificou seu medo, causando sofrimento mental e levando-a a valer-se do direito ao afastamento temporário do trabalho via licença médica.

O entrevistado Adelson, lotado no mesmo local que Nívea, relatou a ocorrência de brigas e discussões entre colegas motivadas pelo medo da exposição ao vírus. Um desses episódios ocorreu quando um colega foi presencialmente ao local de trabalho levar seu atestado médico.

O medo de se infectar com o coronavírus foi também evidenciado em referências feitas ao círculo privado. A preocupação com a família, o receio de estar colocando-a em risco em função da atividade laboral, manifestou-se recorrentemente em expressões como "medo de levar o vírus para casa". Vinicius, por exemplo, relatou medo de "causar a morte da minha família". Já o entrevistado Pedro fez referência, no mesmo sentido, mencionando o filho de 8 anos, com bronquite. O entrevistado Luciano, trabalhador do setor de almoxarifado, compartilhou sentir-se culpado quando sua esposa se infectou, mesmo tendo ciência de que não pode afirmar ter sido o responsável pelo contato que levou à sua infecção.

Os relatos do sepultador Ivo apareceram como exceção. Afirmou não ter medo de infectar-se ou de ocorrências com seus familiares. Ressaltou acreditar ser a Covid-19 apenas mais uma doença como qualquer outra. Disse que ter medo equivaleria a uma forma de dar "poder" ao vírus, numa espécie de "pensamento mágico".

Letícia, lotada na expedição de urnas, apontou o senso de responsabilidade como estratégia de enfrentamento ao medo, remetendo-se aos trabalhadores da saúde que, também na linha de frente, seguiram trabalhando.

É que eu tenho um senso de responsabilidade tão grande, comigo, com a minha vida. Eu falo: eu preciso trabalhar, se eu ficar aí, eu penso assim, caramba, mas tem o pessoal da saúde que tá na frente de batalha lá também, correndo risco. Então, como a gente tem esse trabalho emergencial, a gente vem e enfrenta.

b) Infecção pela Covid-19: sintomas e cuidados

Dos 17 trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, apenas cinco relataram ter se infectado com o coronavírus. Destes, a maioria apresentou sintomas que consideraram leves, como cansaço, pernas pesadas e dor de cabeça. Três deles permaneceram em casa em repouso.

Um trabalhador, o sepultador Guilherme, precisou ser internado por seis dias, tendo 40% do pulmão afetado, o que atribui ao fato de ser diabético. O sepultador Ivo, por sua vez, afirma crer ter se infectado no início da pandemia e ter ido trabalhar normalmente, achando ser apenas uma gripe, indicando também que não fez o teste para confirmar ou não a infecção.

Dos infectados, dois não atribuíram a condição ao trabalho no serviço funerário, mas ao trabalho de suas companheiras. Guilherme é casado com uma agente escolar e se infectou após ela ter retornado às aulas, tendo contato, segundo ele, com crianças infectadas. Já a esposa de Plínio é manicure e tem um salão em casa, ao que ele atribui ter sido a origem de sua infecção. Os outros entrevistados não apontaram um local específico onde acreditam terem se infectado.

c) Sequelas da Covid-19

Nenhum dos entrevistados relatou sequelas da doença, ainda que dois deles, Selma e Luciano, tenham feito a ressalva

de que não as apresentavam até aquele momento, mas não sabiam se as sequelas seriam observadas no futuro. Colegas, porém, foram mencionados como tendo sido acometidos da covid longa, situação capaz de gerar maior medo de infectar-se, conforme destacam os relatos a seguir.

O nosso encarregado de quadra, ele fala que dorme bem a noite inteira e no outro dia ele fica com falta de ar. Ele falou isso. É sequela. Foi bem no início, quando o pessoal do Polo Administrativo se contaminou. Ele também. Ele se contaminou lá. E ele falou que sente falta de ar ainda, muito cansaço e mal-estar. Ele falou: “Eu não tinha isso. Depois que eu peguei, eu sinto sempre.” (Carmen, sepultadora)

Ele voltou depois de 14 dias e aparentemente não ficou legal. Muito cansaço, tossindo muito, bem debilitado. A gente até pediu para que um colega o levasse novamente no [Hospital do] Servidor e ele pegou mais 14 dias. E a gente não tinha presenciado, a gente só tinha presenciado colegas que morreram. E teve um retorno e a gente viu que ele não tava legal ainda. Alguns que voltaram a gente viu que não ficou [com sequelas], com o tempo recuperou. Então, isso mexeu com a gente. Porque ele tava bom, depois passou para uma gripinha, e depois evoluiu para o Covid e voltou, mas não voltou bom. E a gente não sabe se vai ficar bom. A gente vivencia isso todo dia, né. Mas quando é com um colega nosso, que tão morrendo, principalmente os aposentados, então todo dia a gente abre o zap da funerária e tem um morrendo, de Covid ou não, mas a maioria é Covid. (Nivea, administrativo)

Referências a trabalhadores que não estão na ativa, aposentados, foram feitas por Nivea. Nesse segmento, conforme o memorial construído pelo Sindsep-SP², com base em informações recebidas da categoria, ocorreram 09 óbitos por Covid. Na categoria como um todo, o levantamento apontava, no momento de redação deste relatório, para 15 óbitos.

² O memorial está disponível no Portal do Sindsep-SP, em: <https://sindsep-sp.org.br/noticias/funcionalismo/memorial-dos-trabalhadores-municipais-vitimas-de-covid-19-5531>. Acesso: 29mar.2024.

3.1.4 Poderes públicos: prevenção e resposta à doença

Parte das entrevistas também trouxe para a reflexão as formas de enfrentamento da Covid pelo Poder público. No depoimento do entrevistado Vinicius, em 02 de junho de 2021, foram destacadas críticas às medidas adotadas pela Administração Pública Municipal, em particular ao processo constante de flexibilização do distanciamento social. Em sua perspectiva,

foram completamente inválidas todas as atitudes tomadas pela prefeitura. Por quê? Porque se você pode fazer um lockdown que, segundo os técnicos, pode baixar a curva e coisa e tal, você precisa fazer algo bem-feito, e não esse ioiô. Eu acho que esse ioiô está trazendo exatamente o efeito que nós estamos vendo no cemitério. Baixa, de repente, a quantidade de óbitos, e daqui a duas, três semanas, nós estamos novamente com outro pico de óbitos, que é caso desse dia de hoje, por exemplo. Estamos aqui sepultando mais de 75 corpos.

Selma e Luciano, ambos do Polo Administrativo, também criticaram as medidas relacionadas ao transporte, dizendo que, com os decretos promulgados pela Prefeitura, os administradores públicos “tentam arrumar, mas só pioram”. Mencionaram a contradição, por exemplo, do serviço de ônibus ter que, ao mesmo tempo, dar conta da demanda da população e manter os protocolos de segurança.

Se de repente o motorista, ele não para, no caso, o que acontece? Automaticamente, algum munícipe, porque tá ali, precisa chegar no serviço no seu horário, vai questionar no 156 falando que ônibus não parou, porque estava lotado, né. [...] eu entendo que até os motoristas ficam meio acuados, porque eles não têm mais condições de colocar mais ninguém no transporte público. Porém, eles também não podem deixar de parar no

ponto pra pegar o pessoal que tá ali. Então, assim, é uma situação bem delicada essa questão que a gente vive hoje.

Pedro, do setor administrativo, expressou uma perspectiva de descrédito em relação à política, apresentando a percepção de que a população precisa fazer a sua parte.

A gente sabe que tem políticos que não têm nada a ver com a política. A gente sabe que tá um jogo lascado [de empurra], um pro outro, o outro pra um. Mas o povo tem que ter mais consciência. Deixa os políticos para lá. Eles fazem a parte deles, mas a gente tem que fazer a nossa. Acho que mais a nossa, entendeu?

Essa desconfiança se mostrou presente no depoimento de diversos participantes, como no de Antônio, porteiro, que acreditava que a pandemia foi utilizada como forma de desvio de dinheiro, ao invés de atender os interesses da população.

Mas não pensam no povo, eles pensam neles, né. Daí fica aquela briga deles, aquele negócio lá e muitos se aproveitando para desviar muita verba, né. Tanto no governo do estado quanto na prefeitura. É, também no órgão federal, o pessoal se aproveita muito desse negócio aí.

Antônio também considerou que houve jogo político do governo no sentido de atrasar o início da vacinação. Segundo ele,

já poderia estar liberado, no mínimo, a vacinação acima de 18 anos pra todo mundo, independente de qualquer coisa que ele faça. Liberar. Liberou, a partir dos 18 anos, vai lá, toma vacina, acabou e não interessa o que você faz. Então, eu acho que isso aí ajudaria muito. E hoje em dia poderia ter muito mais gente já vacinada, do que o que a gente tem atualmente.

Com exceção de Ivo, sepultador do Cemitério de Túmulos, em relação às medidas da Prefeitura como empregadora, os demais entrevistados entendiam, na ocasião das entrevistas,

que as medidas foram ou insuficientes ou tardias, aplicadas apenas após intervenção do sindicato. Nívea apontou, por exemplo, a falta de organização de uma plataforma que viabilizasse o teletrabalho, além de medidas que permitissem evitar aglomerações. A trabalhadora destacou também a importância de serem considerados os impactos da pandemia no futuro do trabalho no Serviço Funerário.

E outra coisa que percebo também é a questão da morte. Ela é meio ignorada pelo governo. Hoje quem morre de Covid é colocado num saco e colocado num manto, e a gente sabe que esses produtos, não sei ou não se são biodegradáveis né. Antigamente, usava caixão de zinco e ele foi proibido porque o corpo não se decompunha. Como é que vai ficar daqui há 3 anos essas pessoas que foram ensacadas em plástico? Vai se decompor? Então, é uma coisa que ninguém está prestando atenção. Daqui 3 anos os corpos serão exumados. Como eles são colocados em saco envoltos, são chamados D3, quem morre de Covid, como vai ficar daqui 3 anos? E como vai ficar a saúde desse trabalhador que vai fazer a exumação do corpo? Isso ninguém tá pensando. Então, é muito mais complexo, não é só você, não acaba quando você enterra, quando você morre. Por isso, que eu insisto que deveria ter estudo sobre o nosso trabalho, não só dos sepultadores, mas todos os servidores do serviço funerário que atuam direta e indiretamente com Covid.

Cabe destacar que a transmissibilidade da Covid-19 é extremamente baixa nas primeiras horas após a morte e é praticamente nula após 12h do falecimento (Pomara et al. 2021). A utilização de sacos impermeáveis pode auxiliar na prevenção também da contaminação do solo, que agravou-se pelo alto número de sepultamentos nos dois anos de maior infecção e óbitos relacionados ao vírus. Porém, levanta-se a necessidade de em contextos como estes serem repensados os prazos e procedimentos para exumações de corpos de falecidos por Covid-19, visto que o uso destes materiais pode interferir no tempo de decomposição do corpo.

Zavattaro (2020) aponta que, com frequência, há pouco pla-

nejamento nas políticas públicas que abarquem o manejo funerário em cenários de desastre, o que é evidenciado no discurso dos entrevistados e entrevistadas, inclusive na referência que fazem à necessidade de luta para ter acesso a equipamentos de proteção. A autora também destaca a importância de se financiar propriamente os serviços funerários e de que se faça presente a discussão sobre morte e luto na sociedade para que lidemos melhor com possíveis cenários semelhantes no futuro.

3.1.5 Compreensão sobre a pandemia em si e sobre a vacina

Ainda que os trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário tenham tido, a partir de 2021, como desdobramento de luta travada pelo Sindicato, acesso à vacina, e tenham demonstrado em seus depoimentos valorizar muito a iniciativa da representação sindical, a sensação de insegurança, em alguma medida, manteve-se. Parte dela, conforme expresso pela entrevistada Carmen, sepultadora, referiu-se ao fato de, apesar de vacinados, conviverem com familiares que, até o momento da realização das entrevistas, não tinham tido acesso à vacina.

Já tomei, mas a consciência, né... Eu sei que estou vacinada. Meus filhos não estão vacinados, o meu companheiro não está vacinado, a maioria da população não está vacinada. Então, os cuidados que eu tenho são os mesmos. Como se eu tivesse com risco de contrair e morrer com Covid. É a mesma coisa. Enquanto a população toda não estiver vacinada, vai ser a mesma coisa. Eu não posso pegar, porque eu não vou morrer. Eu não posso pegar e correr o risco de transmitir.

Esse receio ou medo expressou-se também a partir do questionamento quanto à eficácia da vacina, o que aparentemente refletia, em parte, o clima de maior polarização política que o país atravessava no momento de realização da pesquisa, sob

um governo cujo representante atuava contra a vacinação, e suas repercussões quanto às políticas de prevenção da doença.

A gente fica naquela incógnita, se realmente essa vacina tem a eficácia necessária, principalmente com essas novas cepas e tudo mais. Sempre fica uma dúvida. Você nunca tem certeza se você está realmente imune ou se isso não vai trazer nenhum prejuízo familiar. (Vinícius, motorista)

Sobre a vacina, Pedro, do setor administrativo do Polo Administrativo, observou não se saber ao certo sobre sua eficácia. Ainda que com essas dúvidas, destacou, ao longo da entrevista, ter sido “gratificante” ter se vacinado e ter se sentido “aliviado”. Destacou ainda que, mesmo vacinado, considerava importante “continuar tomando cuidado”. Sobre o uso das máscaras, afirmou que “às vezes [alguém] vê a gente sem máscara”, justificando ser “porque está tudo no mesmo ambiente”, e por saberem “quem tem quem não tem” o vírus. No que se refere à pandemia, Pedro só desejava que ela acabasse. Salientou que:

não é só a doença em si, né. Eu tava comentando com uma colega aqui, o problema não é só o vírus. O problema são as pessoas. Tem muita gente que vacinou e já acha que tá livre, né. E apesar que a pandemia [tem], pra mim um pouco cunho político, porque o pessoal se aproveita. Mas a população também, no geral, tem que ser bem orientada. Porque daí você não pode ir num barzinho, tomar uma cerveja, distrair, mas você pode pegar um ônibus cheio. Cadê, né? Não tem muita lógica.

Os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, no geral, consideravam-se do grupo prioritário e de risco específico porque lidam com pessoas o tempo todo e, frequentemente, não têm controle sobre os atos dessas pessoas, muitas vezes desencadeados por razões emocionais. Compuseram a linha de frente e desejavam ser tratados desta forma, tal como expressou Pedro, trabalhador administrativo:

Eu acho que eles [prefeitos, alta chefia] só falam que é essencial. Essencial assim para trabalhar, mas para alguma vantagem, algum benefício, para vacina mesmo a gente teve que ficar implorando, teve que ficar implorando para tomar a vacina. Tem que ficar implorando para fazer teste.

Nos depoimentos indicaram não ter observado, por parte dos governos (municipal, estadual, federal), procurações relacionadas às condições de desenvolvimento de suas atividades. Só conseguiram ser vacinados por terem realizado uma manifestação pública, junto com o Sindicato. Caso contrário, pressentem que teriam que aguardar na fila regular, por faixa etária.

Entendem, dessa forma, que ser vacinados como prioritários foi uma conquista. Sentiram alívio por tomar a vacina, mais tranquilos quanto à proteção que podem proporcionar aos seus familiares: "Se você não está imune a nada e tem contato direto com tudo e com todos, você automaticamente vira um transmissor. Você pode não ser afetado, mas você pode afetar outras pessoas, né. Que isso varia muito de organismo para organismo. Esse que é o problema" (Antônio, porteiro), acrescentando ainda que: "se eu não pegar, não tem como transmitir".

Quanto ao acesso à vacinação, Adelson, do Polo Administrativo, relatou que houve priorização dos sepultadores terceirizados, e que para conseguir ser vacinado teve que dar uma "carteirada" no posto de saúde, o que o deixou com temor de ser punido pela chefia. Relatou sentimentos conflitantes, por um lado tentando proteger sua saúde e de seus familiares, por outro, sentindo-se tirando ('roubando') vaga de vacina de alguém que precisasse mais que ele.

Primeiro eu me senti furando fila. Porque tem mais gente precisando desse medicamento, eu tenho que esperar a minha vez. Mas quando eu vi que a coisa tava muito fora de controle, eu precisando sair, ir e vir. Devido o que eu tenho de familiares, eu

tomei a frente, fui lá e vacinei. Mas não me arrependendo não. Se tivesse que fazer agora, hoje, eu ia lá e fazia a mesma coisa. Eu não tomei frente, não me sinto tomando frente de ninguém agora, mas no momento ali, na hora, quase que eu desisti. Eu falei: eu estou muito bem, eu trabalho num lugar até que privilegiado. Eu não tenho necessidade de tomar tanto assim.

Sobre a pandemia propriamente dita, os entrevistados e entrevistadas, com exceção de um trabalhador, entenderam que o risco que corriam era grande e que não havia agilidade e coerência por parte dos governos (em todos os níveis). Acreditavam que a população tinha uma segunda chance de adoecer. "Muita morte, muita tristeza. Os 'políticos' não pensam no povo" (Antônio, porteiro, Polo Administrativo).

Observou-se também uma compreensão de que não ocorreram medidas adicionais de proteção, já que o uso de Equipamentos de Proteção Individual já era obrigatório antes da pandemia. Dessa forma, as medidas do governo, específicas para o serviço funerário, não foram além da vacina e de alguns uniformes e máscaras.

Vinícius, motorista, ressaltou que, se não fosse o destaque que tiveram na 'mídia', não teriam conseguido providências básicas, a exemplo das vacinas e uniformes especiais. Por outro lado, Pedro, do setor administrativo, considerou que a 'mídia' só destacou o que foi ruim. Destacaram o mau uso de verba pública, corrupção, mas não mostraram o trabalho do sepultador como ele de fato é. "Uma imagem negativa, uma coisa bem ruim. Você fala, ah trabalho no serviço funerário. Nossa, mas lá só tem ladrão. Não é assim não".

Os entrevistados também fizeram referência à falta de opção de ficar em casa, a necessidade de ter que ir trabalhar. Muitos trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário moram em bairros muito distantes do local de trabalho, o que implica em uso do transporte público, tornando difícil identificar onde se infectaram: "[...] não sabe, não dá para falar, 'ah, você tava na rua', 'pegou no trem'" (Osvaldo, trabalhador administrativo)

Em depoimentos como o da velorista Marília transparece tanto o dever profissional quanto a obrigação de cumprir um contrato de trabalho.

[...] aqui no serviço todo mundo tem medo, né, mas a gente precisa trabalhar. Vim trabalhar o ano passado inteiro, esse ano metade do ano já estou trabalhando, né. Mas assim, tipo medo, medo, eu não tive não, não tive medo não [...] serviço funerário é um serviço essencial, a população precisa desse serviço, esse serviço não pode parar.

Em referência aos óbitos entre trabalhadores do Polo Administrativo, Nívia destacou que poderiam ter sido evitados caso as medidas de proteção como vacinas e EPIs de qualidade tivessem sido tomadas mais precocemente.

[...] é uma doença nova, que os médicos também estão aprendendo [...], que a gente não sabe as consequências. Uns vão viver outros vão morrer, e outros vão sofrer consequências graves. Mas a falta de investimento, falta de testagem, a falta de vacinas, faz com que a gente fique mais apavorado ainda e aumenta as desigualdades sociais nas pessoas, desemprego. Uma coisa que não parece que vai ter fim. Isso faz com que a gente fique com muito medo. Então o medo, o temos, os cuidados continuam. Eu acho que a gente vai ter pra sempre, essa nova doença veio para mostrar o quanto a gente é vulnerável, pra sempre a gente vai ter que mudar alguns hábitos, não vai ser como era antes...

Selma e Marília afirmaram não conseguir ter uma opinião formada sobre a pandemia, relatando confusão e dúvidas diante da diversidade de narrativas sobre a mesma, tanto a respeito de sua origem quanto de sua gravidade, o que aponta para a hipótese de que o embate entre notícias falsas e informações cientificamente embasadas resultou numa maior incerteza quanto a quais informações recebidas seriam corretas.

Luciano e Letícia reproduziram discursos de teor conspiratório, que atribuíam à pandemia origem planejada, narrativas que, desde o início da aplicação de medidas preventivas fren-

te à Covid-19, foram fortalecidas a partir da disseminação de informações falsas em redes sociais e referendadas por representantes políticos do campo da extrema direita.

Luciano, trabalhador do almoxarifado, acreditava que a pandemia era uma arma química chinesa, com o objetivo de derrubar a economia dos países. Tomava como evidência o fato de que “nenhum poderoso faleceu por Covid-19”. Acreditava que se estabeleceria uma “nova ordem mundial” e pensava que o PIX, meio de pagamento eletrônico, é uma evidência disso na economia. Já Letícia, que atua na expedição de urnas, acreditava que o objetivo da pandemia era reduzir a população.

3.1.6 Trabalho duro e com forte carga emocional

As entrevistas também revelaram aspectos nem sempre evidentes do trabalho desenvolvido no serviço funerário. Trata-se de um trabalho duro, principalmente aquele desenvolvido nas quadras do cemitério. A noção de trabalho duro, também presente nas pesquisas de Bernardo (2009), advém dos relatos dos/as entrevistados/as sobre as condições e situações de trabalho vivenciadas cotidianamente. Assim é descrito o trabalho no serviço funerário, principalmente nas atividades de sepultamento e transporte de corpos. As entrevistas destacaram também outra característica, esta atribuída ao trabalho como um todo: ser envolto por forte carga emocional.

Em um desses relatos, Vinicius, que exerce a atividade de motorista no Grande Cemitério Jardim, ao descrever seu trabalho, sugeriu, à primeira vista, ser este marcado por atividade simples e repetitiva. Conforme seu relato, chega ao cemitério quando a manhã está se consolidando, por volta das 6 horas. Cerca de uma hora depois está a postos, com uma van, na espera dos corpos a serem transportados para as quadras do cemitério. Conforme relata, “esse movimento se encerra por

volta de meio-dia, uma hora da tarde". Encerrada essa descrição, entretanto, Vinícius passa imediatamente a outra, relativa à carga emocional implicada no desenvolvimento da atividade. Faz referência à "depressão do serviço". Afirma ser, na sua percepção, uma atividade que abala emocionalmente não em função da morte em si, mas principalmente da relação que os trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário travam cotidianamente com os familiares dos mortos, e com as diferentes formas de reação destes frente à morte. Conforme o motorista Vinícius, aos poucos "você vai se habituando", mas habituar-se "não significa se tornar frio", mas carregar "um pouquinho de cada uma dessas situações em você".

Segundo este entrevistado, a carga emocional presente nas atividades realizadas nos cemitérios acentuou-se no contexto da pandemia. "Era mais fácil [antes] e hoje em dia eu fico bem mais comovido, olhando para aqueles rostos e tentando entender a dor que essas famílias estão sentindo". Essa percepção foi observada no relato da velorista Marília.

Acho que o ambiente do serviço funerário, do velório, ele já era um ambiente... um ambiente escuro, né? Um ambiente pesado. Mas ele virou um ambiente... perturbador. Porque as pessoas quando elas chegam aqui... Porque eu vejo assim: a maioria das pessoas, quando elas estão internadas, ou mesmo quando é acidente, quando as pessoas chegavam aqui, elas chegavam com uma ideia: "morreu, acabou e tal". Parece que a Covid não deu esse tempo das pessoas processarem isso. Então, as pessoas chegam aqui perturbadas: "por que eu não posso ver meu parente? Eu estou há 10, 20 dias... ele estava no hospital, ele foi entubado, eu não o vi, eu não conversei... Eu queria ver!" E acabou virando um ambiente perturbador. (Marília)

Uma outra entrevistada, Carmen, do Cemitério Jardim, destacou o envolvimento emocional e afetivo provocado pelo enterro de crianças.

Tem dias que é tranquilo, tem dias que a gente ouve como foi o histórico da criança. Às vezes é natimorto. Aí a gente já fica

meio pensando: "nossa, mas por que que aconteceu isso, essa passarem dessa criança...". Às vezes acontece de a gente saber um pouco como é que foi. Aí já mexe um pouquinho mais. Depende do dia.

Essa carga emocional relacionada ao trabalho, segundo Vinícius, Marília e Carmen, nem sempre é assumida por todos os trabalhadores e trabalhadoras. Muitos, relata Vinícius, tendem a verbalizar um discurso que equipara a lida com os corpos à lida com qualquer outro tipo de objeto. "É como se eu estivesse pegando um material de construção. É tudo igual", dizem alguns desses trabalhadores.

A racionalização das situações de trabalho, conforme Vinícius, que busca eliminar as emoções acionadas, tende a se traduzir, para alguns colegas, no uso de drogas, no hábito do consumo de bebidas alcoólicas, entre outros recursos. Conforme o entrevistado:

O cara vai para a droga, vai para o álcool, vai para uma série de desesperos que a gente percebe, desentendimentos familiares, que ele mesmo não consegue explicar a razão de tudo isso, e eu acho que o serviço balança um pouquinho com o psicológico dele e ele não percebe. Então, não é um pedaço de toco. Eles têm sentimentos também e eles acabam de alguma forma assimilando um pouco disso para eles também. E aí descarregam dessa maneira por não perceberem ou por não entenderem o que está acontecendo. É isso que eu acho.

Seligmann-Silva (2011), ao tratar sobre a relação entre trabalho e alcoolismo, ressalta seu vínculo às situações concretas de trabalho. Destaca, entre outros aspectos, a incidência do uso de bebidas alcoólicas entre aqueles/as que desempenham "atividades socialmente desprestigiadas", a exemplo daquelas do chamado "trabalho sujo", que envolve uma ausência de reconhecimento que extrapola o trabalho em si, atingindo quem o executa.

Flores e Moura (2018), em pesquisa com agentes funerários,

identificaram mais de 60% fazendo uso de substâncias lícitas (álcool e fumo) e medicamentos controlados. Rodrigues et al. (2016) apontam que o não espaço para manifestação ou vazão dos sentimentos relacionados ao exercício de suas funções parece contribuir para um índice maior de sofrimento mental e uso abusivo de álcool.

As questões levantadas pelo relato de Vinicius convergiram com o que foi destacado pela entrevistada Carmen ao referir-se às formas de adoecer no trabalho observadas entre os sepultadores.

O sepultador tem problema de saúde mental, psiquiátrico e ortopédico. Geralmente, problema na coluna, no joelho. Os afastamentos se dão por isso: problema no joelho, na coluna, no quadril, ou no braço, por conta da função mesmo. E psiquiatria, problema com alcoolismo, droga. Então são os problemas de saúde que os sepultadores geralmente têm. Eu acho que é a maioria.

A mesma trabalhadora, sepultadora concursada, mas já trabalhou no setor administrativo, ressaltou que parte dos servidores do serviço funerário, principalmente os que atuam mais diretamente nos cemitérios, exercem um tipo de trabalho cuja experiência cotidiana não pode, em grande medida, ser compartilhada com a família. São, segundo ela, décadas convivendo com o choro dos outros, com o sofrimento dos outros.

A maioria bebe. Até o momento que eu saí de lá a gente não conseguiu fechar se o motivo é a facilidade ou se realmente tem a ver com o fazer sepultamento, estar convivendo com o luto. E assim, tinha uma equipe: tinha uma médica, tinham dois assistentes sociais, e a gente de vez em quando se perguntava isso. E quando eu saí não conseguimos fechar se é porque ele tem a liberdade de ir para o bar e não ser punido, como se fosse uma empresa privada, ou se realmente - eu por não ser da área da psicologia, eu não sei se realmente isso tá ali no inconsciente dele, as pessoas em luto, aquela angústia... Porque têm pessoas que estão a mais de 30 anos

vendo o choro das 7 às 6 [18h], ouvindo o choro. Será que não está afetando? Será que ele gosta de beber e acabar com a vida dele?

Os relatos também informaram sobre um cotidiano de trabalho que nem sempre pode ser levado para dentro de casa, nas conversas informais. Esse movimento de isolamento da experiência de trabalho da vida familiar, bem como a tentativa de não deixar-se afetar, é perceptível no relato de Marília, velorista. Contou que carrega consigo uma música, cantada por Elis Regina.

Tem uma partezinha da música que fala assim: "É uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta". Eu falo que o servidor hoje... [começa a chorar] ...o servidor hoje, ele aguenta. A gente passa todos os dias, a gente aguenta. Não é fácil. Você vir. Você ver todo mundo de máscara. Aquele ambiente da pessoa querer ver e você se colocando muitas vezes, porque é a empatia, né? As pessoas muitas vezes dizem que o servidor... que o funcionário público é muito ruim, né? Mas às vezes é uma máscara que a gente tem que colocar, né. É um espírito que a gente tem que colocar. Porque senão a gente não aguenta. Como a gente aguenta chegar em casa todo dia desse jeito, né? [sinaliza para si própria, destacando estar chorando]. Então, a gente faz isso. A gente se coloca, mesmo, aquela força, aquela estrutura e vamo que vamo.

Letícia, do setor de expedição de urnas, destacou situações em que os trabalhadores e trabalhadoras são submetidos cotidianamente, que muitas vezes ficam marcadas na memória, e impactam a saúde mental. Relatou que,

o serviço funerário começa no recolhimento do corpo, que não é só o corpo que tá inteiro, é o corpo que tá desmanchando. Então, aquele motorista faz todo aquele serviço. Aí ele vai lá no IML, abre lá, tá aquilo lá do jeito que tá lá e você tem que entrar lá e pegar. Por uma luvinha lá e se virar. Dar conta. Aí você vai pôr no carro, no cocho, aquilo tudo esfacelado, né, e levar pro cemitério. Aquele cheiro, fica tudo impregnado no seu corpo.

Toma banho e aquilo lá. Você não tem um psicólogo, a sua cabeça. Como que, meu, imagina, você viver um filme de terror todos os dias. Aí você já tem seus problemas pessoais em casa. Você é o super-homem? Não existe isso. Então, eu acho assim que eles deveriam ter um olhar diferenciado para nós, falar assim, não, a gente vai investir num psicólogo para estar orientando, estar dando uma atenção, um café da manhã digno.

Vinicius, por sua vez, ao tratar sobre o aumento do trabalho realizado no contexto da pandemia “em todas as áreas do serviço funerário, inclusive no administrativo” e o acúmulo de diferentes funções por um mesmo trabalhador/a, salientou o que classifica como “estressante”.

Aqui, por exemplo, no Formosa 1, tem apenas uma funcionária atendendo à população para fazer exumação, e depois ela encerra o expediente da exumação às 15 horas e vai começar a fazer o registro nos computadores, e ela não consegue dar conta. Então, tudo isso aumentou. E o estresse, evidentemente, acompanha esse ritmo.

As constatações dos participantes da pesquisa dialogam com a perspectiva que considera o processo de saúde-doença como desdobramento “de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador” (Seligmann-Silva, 2011). A autora, ao avançar na formulação sobre o desgaste mental no trabalho, destaca “a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados” (p. 136).

Alguns trabalhadores, como Adelson e Marília, ressaltaram que, além das medidas de proteção à infecção, a Prefeitura deveria ter oferecido apoio psicológico aos servidores, ainda que trabalhadores como Selma e Luciano afirmem que a administração pública municipal realizou grupos de escuta com os funcionários. Não fica claro, entretanto, se esses encontros estiveram ou não disponíveis a todos, se foram suficientemen-

te divulgados entre a categoria, entre outros aspectos que sempre são importantes para viabilizar o acesso a esse tipo de suporte.

3.1.7 Sentidos e percepções sobre o trabalho no serviço funerário

Para Vinicius, seu trabalho é “como outro qualquer”. Insere-o em uma percepção de que todo tipo de trabalho é fundamental para construir o mundo. Entretanto, quando é provocado a falar sobre como o trabalho no serviço funerário é percebido pela população, salienta a presença de preconceitos.

Esses preconceitos, conforme o entrevistado, guardam relação com construções culturais sobre a morte. Mencionar que se trabalha no serviço funerário, conforme o trabalhador, não raramente desperta reações como “nossa!”. Há, nesse sentido, receio por parte dos trabalhadores de fazer referência sobre onde trabalham. No caso específico do contexto pandêmico, afirmou ainda não saber se esse olhar sobre os trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário sofreu alguma alteração.

Essa visão foi compartilhada pelo entrevistado Guilherme, sepultador, que atribuiu a imagem negativa sobre quem trabalha no serviço funerário à pouca educação da população quanto a experiência da morte e à maneira como sua ocorrência é retratada na mídia: “A própria mídia, você vê o Zé do caixão: corcunda, com as unhas grandes. Eles mesmos passam isso. Aquele outro, do Miguel Falabella, ‘pé na cova’, como trata o coveiro. A própria cultura do país já é discriminatória”.

Selma indicou percepção semelhante, entendendo que ao evitarmos pensar na morte, o trabalho do serviço funerário é invisibilizado e negligenciado.

Outro entrevistado, Augusto, afirmou ter observado uma intensificação da discriminação, relacionando-a ao fato de trabalharem na “linha de frente” de combate à pandemia.

Agora você entendeu como é que a minha cabeça ficou? Entendeu? Em certos lugares [que] a gente ia [tinha] gente que sabia que a gente trabalhava no serviço funerário. Falava assim: não, eu não vou ficar perto de você porque você tá direto com o vírus, essas coisas. Já teve amigos meus que passaram na rua, disfarçaram, e falaram que não me viram para não ter contato comigo. Ele tá errado? Não tá, ele tá mal preparado. E não foi uma vez só não, isso é várias vezes. De pessoas me verem e fazerem de conta que não viram, mudar de rua, para não ter que falar um oi comigo. Na realidade, nós do serviço funerário não fomos obrigados a se isolar, porque nós já ficamos isolados, na verdade.

Já o entrevistado Pedro, ainda que tenha considerado que não ocorreram alterações na forma como o trabalho no serviço funerário é visto, destacou o aspecto da essencialidade da atividade, muito ressaltada no contexto pandêmico. Para ele, foi estabelecido uma espécie de paradoxo nessa ideia de trabalho essencial. Por um lado, a noção de trabalho essencial parecia indicar valorização, fornecendo alguma “vantagem, algum benefício”. Por outro, na prática, desdobrou-se apenas na manutenção das atividades laborais em funcionamento.

É essencial é, para trabalhar, vamos trabalhar no feriado, domingo, vamos supor né, domingo, para trabalhar é uma coisa, para as outras coisas, os benefícios, para a gente não é essencial. Eu acho que a visão não mudou, eles só maquiaram para falar que se importam, mas não se importam.

O mesmo trabalhador, buscando exemplificar a situação descrita, citou o exemplo da vacinação, que só ocorreu após muita insistência, com “o sindicato batendo em cima”. Segundo seu relato, “a gente teve que ficar implorando para tomar a vacina. Tem que ficar implorando para fazer teste”.

Menções à contradição entre o trabalho ser essencial à população, mas desvalorizado pela Prefeitura e pela sociedade, foram recorrentes nas falas dos entrevistados e apareceram

também no depoimento da trabalhadora Letícia, do Polo da Polo Administrativo.

É invisível. É invisível, porque ninguém lembra da morte. A gente só lembra quando morre alguém, ou vê na televisão que morreu alguém. As pessoas pensam mais assim, mais na área da saúde, tudo bem que tem o médico lá, enfermeira, escola. Mas a morte ela é uma coisa que ninguém gosta de ficar comentando, né. Só em último caso mesmo. E o funcionário fica esquecido né.

A trabalhadora destacou que a desvalorização se expressa não apenas nos baixos salários, mas no ato de retirar recursos dos trabalhadores para o enfrentamento de seu sofrimento no trabalho. Ela acredita que, fosse o serviço funerário valorizado, contaria com psicólogas para o atendimento dos trabalhadores. Apesar de a Prefeitura estabelecer parceria de estágio com uma faculdade de psicologia, não ficou claro se o serviço é pouco acessível, inadequado ou insuficiente.

Também mencionando a questão salarial como aspecto relacionado à desvalorização, Augusto enfatiza que:

O dinheiro que ele recebia há 18 anos atrás não dá para nada mais, e o salário deles a mesma coisa. Um exemplo: o salário deles subiu 5%, sendo que as coisas aumentaram 500%. Então, o que aumentou do salário dele antes para o que está agora não cobre o gasto hoje. Daí vem a pandemia, vem os problemas, e as coisas faltam em casa. O cara ganha dois mil, paga mil de aluguel, vai sobreviver com o que? Não é só política não, acho que faltou compaixão. Faltou compaixão. O cara ganha hoje, uma família de 4, 5 pessoas, 105 reais um botijão de gás, uma cesta básica vai pagar 1000, a alimentação vai pagar 1000, a água ele paga 160 reais, a luz 200 reais. Ele vai viver com o que? Então o pessoal acha que a gente ganha bem, mas não conhece, entendeu. Tem cara que trabalha há 30 anos e não ganha mil reais. Vai fazer 30 anos, 936 reais, o valor. É complicado.

Nívea também destacou que, quando se pensa em trabalhadores essenciais, os que atuam no Serviço Funerário fre-

quentemente são esquecidos. Salientou então a necessidade de reconhecimento.

Mais reconhecimento né, porque você pensa em Covid, você pensa num médico, você pensa num enfermeiro, e às vezes a pessoa não lembra de quem enterra, de quem sepulta, de quem faz a remoção. Como é que é isso? Como esses trabalhadores vão para casa? A gente tá exposto tanto quanto médicos, os enfermeiros, e mesmo que não estando diretamente, a gente tem contato com quem tá exposto. Então, isso deveria ser mais lembrado. (Nivea)

Cabe apontar que, conforme Soraya Batista e Codo (2018) o trabalho no Serviço Funerário integra uma categoria que se nomeia "trabalho sujo", ou seja, trabalhos socialmente estigmatizados e desprestigiados, o que implica na imposição de uma mácula sobre os trabalhadores que realizam essas atividades, considerados socialmente "impuros".

Nessas atividades, segundo os autores, os trabalhadores recorrem a produção de ideologias ocupacionais e grupais e também a práticas sociais moderadoras do estigma, com estratégias como a ressignificação, que fornecem à identidade da profissão sentido positivo, negando ou neutralizando o sentido negativo socialmente atribuído; o reenquadramento, no qual aspectos menores, mas desejáveis do trabalho tomam centralidade frente aos aspectos negativos; e a reorientação, no qual os trabalhadores concentram-se nas características menos ou não estigmatizadas do trabalho. Os autores apontam ainda que "frequentemente, os trabalhadores sujos produzem culturas ocupacionais e grupais fortes baseadas na cumplicidade, solidariedade, brincadeiras e relatos humorísticos do trabalho cotidiano" (Soraya Batista e Codo, 2018, p.73).

Lotado no setor administrativo do Polo Administrativo, Pedro destacou também que o convívio no setor durante a pandemia tornou-se mais próximo, com um cuidando do outro. "A gente mesmo que é amigo, que é uma família, então, a gente procura cuidar um do outro; quando um não vem, [a

gente] liga, [e pergunta] o que aconteceu", o que não ocorreu na relação com os demais servidores. Sobre o trabalho que desenvolve, diz ser gratificante, pois sabe estar "fazendo alguma coisa por alguém" e "por você mesmo", e esse é o sentido de essencialidade que atribui ao seu trabalho.

Apesar da desvalorização e discriminação, o trabalho no Serviço Funerário configura-se também como fonte de significado para alguns trabalhadores e trabalhadoras. Marília, valorista, descreve sua profissão como um "presente de deus".

Mas pra mim é um presente de deus, sabe? Estar em um lugar no qual você pode chegar e realmente valorizar a vida é um presente de deus. Eu amo trabalhar no serviço funerário. Quando eu entrei... Eu entrei como sepultadora, né? Eu lembro até hoje quando eu entrei como sepultadora, quando eu coloquei o uniforme azul eu chorei. Porque eu falei assim: meu, que privilégio! Ser uma servidora pública e trabalhar num lugar onde eu posso, querendo ou não, me derramar. Derramar amor na vida das pessoas, ter empatia... E chegar todos os dias e entender a vida. Que aqui é nosso fim. Então eu tenho que fazer o meu melhor hoje e deixar o melhor de mim nas pessoas. Pra mim isso aqui é um presente.

Já Letícia destacou como, ao longo dos anos, o seu trabalho incidiu na forma como enxerga e se vê no mundo.

Depois que eu entrei no serviço funerário, eu mudei totalmente a minha visão de mundo. A gente não é nada. A gente tem que se amar uns aos outros e tirar totalmente preconceito, discriminação da nossa cabeça. Que a gente não é nada, se a gente for ver, a gente é uma matéria que tá ali, mas a gente tem prazo de validade.

Adelson, trabalhador administrativo do Polo Administrativo, também expressou essa associação da atividade do Serviço Funerário com o divino, destacando de modo semelhante seu crescimento pessoal a partir da atividade laboral.

Eu acho que a população pode entender que o serviço funerário é um serviço essencial, é um serviço que é duro, é um serviço que é braçal, é forte, é pesado conviver com famílias chorando por perder pai, perder mãe, perder filhos, é um trabalho bem doloroso. Mas é assim, pra mim é muito gratificante. Eu tenho orgulho de trabalhar no serviço funerário. Acho que Deus preparou esse lugar pra mim, assim, para vim e pra crescer como pessoa, ser humano, e ser digno, né. E quebrar muitos tabus. Ah, o que fazem? "Leva o corpo para o crematório, reaproveita caixão", porque é isso que acontece. Então, você tem o prazer de explicar isso daí: é cremado, é cremado uma vez por corpo. Quando é sepultado é uma vez por corpo. A cada 3 anos você tem que ir lá retirar seu ente, colocar na caixinha, ou levar para um lugar onde você se sinte bem, ou cremar aqueles ossos e jogar no mar. Então, o serviço funerário pra mim foi bastante gratificante no sentido de informar as pessoas e quebrar alguns tabus.

Observam-se então estratégias semelhantes àquelas encontradas por Soraya Batista e Codo (2018), como a ressignificação a partir da sacralização do trabalho (presente de deus, preparado por deus) e possibilidade de "fazer o bem" ou do reenquadramento, a partir do foco nas habilidades afetivas desenvolvidas no acolhimento de familiares. Entretanto, uma estratégia observada ao longo da pesquisa, que difere do apontado pelos autores, foi descrita por Letícia, com semelhança na fala de Adelson, que ressignificou o trabalho a partir da mudança, proporcionada ao longo da atuação profissional, da perspectiva sobre o que é a vida.

Do ponto de vista dos preconceitos e discriminações que envolvem a atividade e seus profissionais, mencionando a relação com os munícipes e as experiências nos locais de trabalho, Vinicius, como diversos entrevistados, relatou nunca ter vivenciado diretamente situações desse tipo. Entretanto, destacou que já assistiu a situações de agressão, por parte de usuários do serviço, em função das "pessoas não entenderem a falta de estrutura" oferecida. Segundo o trabalhador,

Elas confundem o discurso que vem do governo com o nosso trabalho no dia a dia. Elas esquecem que quem está aqui atendendo é um trabalhador que o governo chama de vagabundo, mas nós estamos aqui atendendo, e ela não percebe que nós estamos trabalhando. Esse preconceito, eu percebi.

A entrevistada Carmen, que já trabalhou tanto no setor administrativo como nas quadras dos cemitérios, salientou que é sobre o sepultador que recaem maior desvalorização profissional e preconceitos. Segundo seu relato,

Um sepultador que tá na parte administrativa, ele mesmo não quer sair, porque tem o estigma do trabalho que é desvalorizado. Às vezes nem ele fala que é sepultador. Ele fala que trabalha na administração, mas a função dele mesmo, originária, é sepultador. Eu cansei de ver pessoas que é sepultador e coloca na ficha, em algum outro lugar que vá, coloca que é administrativo do serviço funerário ou então da prefeitura. Às vezes nem assumir que trabalha no serviço funerário a pessoa assume.

O depoimento de Carmen sugere que a mácula sobre os sepultadores seja ainda mais acentuada que aquela experimentada pelos demais servidores do setor funerário.

Antônio, porteiro do Polo Administrativo, que também atuou por muitos anos na função de remoção de corpos para sepultamento, relatou já ter sofrido agressão no exercício de suas funções.

É, tipo, ir recolher o corpo na residência e a pessoa não querer deixar você levar embora, né. Aquele sentimento de perca deles é muito grande. E a partir do momento que você chega ali, e sabe que vai tirar do meio deles, e levar embora, tem gente que se altera. Eu já cheguei a tomar uma vassourada nas costas porque a mulher não queria deixar eu levar o filho dela embora de jeito nenhum. Que ela fala que não, era dela e que tinha que ficar lá, não podia levar. Então teve que haver certas interferências, até mesmo por parte dos familiares, para que a gente pudesse fazer a execução do serviço.

Seu relato, de certa forma, atenua a situação vivenciada e suas repercussões sobre ele, a partir da compreensão e empatia com o estado emocional dos familiares, estando o trabalhador, ali, atrelado ao próprio sentimento de perda.

Selma e Luciano relataram sentirem-se discriminados ao usarem as jaquetas fornecidas pela Prefeitura no transporte público. Luciano chegou a descrever o episódio no qual uma munícipe expressou espanto e medo ao identificá-la.

O preconceito dentro do próprio serviço funerário foi relatado por Pedro, que afirmou tê-lo vivenciado junto com seus colegas de setor quando, no contexto da pandemia, trabalhadores de outros setores, conforme o entrevistado, passaram a evitar ir ao Polo Administrativo referindo-se ao setor como “foco da Covid”. A atitude gerou uma situação de discriminação que impedia, inclusive, a movimentação de trabalhadores entre setores: “Então a gente era discriminado mesmo. Não podia ir lá [em outro setor], [e eles] não podia[m] vir aqui. Não podia fazer nada”.

Os entrevistados falaram também da sensação de discriminação decorrente do distanciamento e impedimento de visitar os amigos pelo simples fato de pertencerem aos quadros do serviço funerário. “Enquanto você não vai porque não te chamam, ou porque você não quer ir, tudo bem, agora quando você não vai pelo preconceito... Mas tudo bem, a gente vai levando”, relatou Augusto, trabalhador administrativo do Cemitério de Túmulos.

Sobre a maior exposição da atividade do serviço funerário no contexto pandêmico, fruto das reportagens regulares realizadas pelos meios de comunicação de massa, foi destacada, pelo trabalhador Vinícius, uma situação ambígua. Em alguns momentos essa exposição teve repercussões positivas, em outros nem tanto.

Em alguns aspectos achei positivo porque quando a gente batia o martelo sobre alguma questão, nesse momento, estava sendo um pouquinho mais fácil ser atendido em alguns aspectos. Foi o

caso, por exemplo, da vacina para todos, que a gente não tinha conseguido e a coisa de três semanas atrás foi feito um ato em que conseguimos a vacina para todos. Em outros períodos, com certeza não seria atendido.

Já na percepção de outros entrevistados (Pedro, Nivea, Marília, Letícia, Selma e Antônio), no geral, a abordagem feita pela mídia foi negativa: “só falam a parte ruim, não pegam a parte boa, não dão um apoio necessário que o funcionário precisa” como, por exemplo, conforme destaca Pedro,

falar realmente o que acontece [...] que o funcionário precisa vacinar, que o funcionário precisa de EPI, que o funcionário precisa de mais apoio do prefeito. Isso aí eu não ouvi. Uma imagem negativa, uma coisa bem ruim. Você fala, “ah trabalho no serviço funerário, nossa, mas lá só tem ladrão”. Não é assim não. Não são ladrões. Mas daí vai discutir, não compensa, fica por isso mesmo entendeu. Só quem conhece a gente que sabe que não tem nada a ver.

Alguns entrevistados também criticaram que, quando se mostram aspectos negativos do Serviço Funerário, não é retratado o processo de sucateamento pelo qual tem sido submetido:

É bem difícil. Na verdade, é assim, na verdade eu fico triste porque o serviço funerário só vai para a mídia quando o negócio aperta. Mas em nenhum momento ele vai para a mídia informando que ele é sucateado. Então assim, é algo muito triste na verdade. Porque é fácil você apontar um erro, de falar que não serve, colocar vários, como que eu vou te dizer. Colocar vários rótulos só que de fato tá dando errado, mas da onde vem o erro? [...] Então, eu acho isso, na verdade essa questão da mídia aparecer esse outro lado, o lado que deu errado, mas não vê o lado que não tem, até saiu hoje no diário oficial, que não tem investimento e a cada ano que passa eles tão cortando mais a verba do serviço funerário. Os servidores se viram da maneira que pode, sob pressão. Sob pressão assim a pressão de estar trabalhando para que não

pare. Os efetivos trabalham para que não parem. E a gente vai se afunilando, até o negócio apertar.” (Selma)

Para Letícia, as reportagens retrataram os servidores como ladrões e corruptos, de forma generalizada, desconsiderando o amor e dedicação de muitos funcionários, visão semelhante à de Marília.

Outro trabalhador, Osvaldo, disse ter se sentido mais reconhecido no contexto pandêmico, contando episódio em que, ao ser parado em uma blitz, foi rapidamente liberado e tratado com respeito pelo policial, que afirmou que alguém exercendo a função dele sequer deveria ser parado.

3.1.8 Trabalho de cuidado, com sentidos e saberes próprios

Foi comum, ao longo da pesquisa, a equipe de pesquisadoras escutar que o ingresso no serviço funerário, sobretudo na função de sepultador, não raramente resultou do incentivo de um familiar que já trabalhava na atividade. Essa situação também foi mencionada em relação aos terceirizados. Parte deles também ingressou no serviço a partir do contato com alguém que já tinha alguma familiaridade com a atividade.

Trata-se, em alguma medida, e de forma particular para os concursados, dada a permanência alongada no serviço, de atividade aprendida e compartilhada ao longo dos anos, que incorpora experiência vivida por familiares. Essa característica da atividade, associada à permanência na função, distancia o trabalhador e trabalhadora terceirizado daquele e daquela que é concursado. O que para os primeiros não remete a compromisso com a atividade, configurada como passageira, com características de precarização bastante acentuadas, para os concursados, mesmo que reconhecida a precarização e suas manifestações objetivas e subjetivas, tende a assumir um sentido diferenciado por acionar um saber fazer que tende a

contribuir para que estes trabalhadores e trabalhadoras se reconheçam, em alguma medida, no trabalho que desenvolvem.

Observa-se assim que a atividade no serviço funerário é marcada por um saber-fazer desenvolvido ao longo dos anos, muitas vezes transmitido entre gerações, por familiares, remetendo à persistência de uma noção de ofício particularizada nas atividades de serviços. Clot (2010) destaca que trata-se da “execução e sentido da ação” que entrelaça-se à “vida do outro”.

Esse processo, conforme pôde-se observar, liga-se fortemente à relação que os trabalhadores e trabalhadoras dos cemitérios estabelecem com as famílias que sepultam seus familiares.

O saber desenvolvido ao longo dos anos, a memória social do trabalho” (Clot, 2010), tende a dissolver-se em meio ao avanço da terceirização e à alta rotatividade, ambas cada vez mais frequentes no serviço público. Sobre a noção de atividade aprendida e compartilhada ao longo dos anos, impossibilitada ao terceirizado, destacamos um trecho do depoimento de Carmen, sepultadora do V. Formosa.

Eu não sei. Acho que quando a gente entra, já estamos preparados. E, eu mesmo, muita abordagem pra falar é do tempo de exumação, o cuidado que a gente tem que ter, talvez o funcionário [terceirizado], ele não saiba, não tenha esse conhecimento, essa experiência que a gente fica por um período, só executando. Eu mesma não fazia. Eu não passava informações de período de exumação para renovação de osário. Eu não passava porque eu não sabia. É a mesma coisa que eles estão passando agora. Eles vão adquirir isso com o tempo. Meus sentimentos, a forma de olhar... Essas coisas ele vai pegar com o tempo.

Letícia, da expedição de urnas do Polo Administrativo, expressa isso a partir das habilidades emocionais desenvolvidas ao longo da trajetória laboral.

Mesmo tendo empresas, agora, terceirizadas trabalhando aqui, quem está dando suporte para eles é a gente. Com toda experiência de trabalho que a gente tem, e o lado humano que a gente tem, que a gente desenvolveu aqui. Eu não era tão humana antes de entrar no serviço funerário. Eu era uma pessoa arrogante, eu era uma pessoa... assim quando a gente é mais jovem, a gente tem esse lado, né. Depois que eu entrei no serviço funerário, eu mudei totalmente a minha visão de mundo.

No que se refere a esse saber fazer do próprio trabalho, que incorpora uma relação de cuidado com o outro, e que não se resume às atividades com características mais manuais, novamente destacamos o depoimento da entrevistada Carmen.

De repente você está num serviço braçal pesado. Você não vai fazer uma expressão de é tipo "meu, olha, eu estou acabado". Você vai respirar fundo e vai conversar com a pessoa. E realmente você tem que pegar o fôlego. E você não vai sair todo... "Ai, caramba, deixa eu respirar!" e depois conversar com o familiar. Entregar o número da sepultura ou número da quadra em que foi sepultado, porque o Grande Cemitério Jardim é enorme. Se você não falar para ele [o familiar], "aqui é a quadra 4" ou "a quadra 70", "o número da sepultura é 560". Ele [o familiar] vai embora, vai com papel, e depois vai falar "meu, onde que sepultou?", "onde que está marcado?". Tem pessoas que passam a vista no papel e não leem. Às vezes joga até fora. Então, você tem que informar: "aqui está marcado o número da quadra do terreno; daqui 3 anos você pode vir para fazer a exumação; tem um ossário; tem a opção de fazer cremação depois". Então, esse jeito que eu estou dizendo é... Eu não sabia também, mas de repente alguém fala: "vai lá conversar com a familiar" e você está todo suado, sem respiração nenhuma. Aí você fala: "Toma esse papel que é seu, leva embora". Você tem que entender o que que tá acontecendo, né? Quais informações vão ter que ser passadas, né? E a cara? Vou chegar lá respirando, jogando bafo em cima da outra? Não. Você vai respirar fundo para conversar com o familiar, né?

O porteiro do Polo Administrativo, Antônio, que trabalhou por muitos anos na remoção dos corpos para o sepultamento,

ao descrever esta atividade, evidenciou esse saber desenvolvido no fazer relacionando-o aos cuidados necessários com o corpo, conduzido de modo a amenizar o sofrimento daqueles que estão lidando com a perda, o que também incorpora o trabalho emocional de não deixar-se envolver pelos sentimentos dos familiares.

A remoção e o traslado é o seguinte: você pega aqui, caiu a nota de serviço, você pega o carro, carrega o material que você vai utilizar para executar aquele serviço e vai até o hospital ou até uma residência onde você vai acondicionar o corpo na urna e vai fazer a remoção. Depois você tem que fazer a, como é que fala, fazer a arrumação do corpo, às vezes trocar de roupa, isso e aquilo, e enfeitar o caixão e tal. E entregar para família tudo em ordem, tudo arrumadinho. Procurando amenizar o máximo possível que você puder amenizar da dor deles, né. Entendeu? Então você tem que ser bem profissional e não pode se deixar envolver demais pelo sentimento, né, senão você acaba não executando com perfeição aquilo que você tem pra fazer. Então, essa era a rotina, né.

Essas falas convergem com o estudo realizado por Fraga (2015), que destaca o cuidado dos trabalhadores na realização de suas atividades de modo a executá-las com esmero e respeito para com os familiares enlutados, apontando, por exemplo que "é frequente a atividade do trabalhador ser atravessada por momentos de elevada tensão psicológica e rigidez física, pois pretendem sempre proceder com absoluta calma, sem gestos bruscos nem sons que revelam a sua tensão (Matta, 2012) e até a sua presença". Considera, dessa forma, que: "estamos perante trabalhadores que muitas das vezes assumem um papel de cuidadores de pessoas, dos familiares em luto e dos entes falecidos, proporcionando à família a possibilidade de guardar boas memórias".

Destaca-se que, conforme apontam Soraya Batista e Codo (2018), diversos autores anglo-saxões se referem aos trabalhadores do Serviço Funerário como deathcare workers, cui-

dadores da morte, centralizando esse caráter do cuidado nessas profissões. Entende-se, portanto, que essa nomenclatura apresenta-se alinhada à realidade dos trabalhadores e os saberes desenvolvidos em sua atividade.

3.1.9 Serviço público e trabalho terceirizado

A presença e expansão do trabalho terceirizado no serviço funerário foi tema recorrente nos depoimentos. A questão foi abordada a partir de diferentes aspectos.

A falta de equipamentos básicos para execução do trabalho, assim como de equipamentos de proteção individual, apareceu nos depoimentos de Vinícius, Pedro, Ivo e Carmen, indicando que a questão era objeto de preocupação tanto entre os que ocupam cargos ou funções administrativas ou as chamadas funções “operacionais”.

Tal como descreveu o entrevistado Pedro, trata-se de

uma situação complicada porque nem eles [terceirizados] conseguem trabalhar direito [...], a empresa que contrataram era para dar as condições de trabalho, mesa, computador, mas eles usam tudo o nosso, né. Então, para eles fica complicado, e para a gente [também] porque tá tudo junto, né? Então, uns falam que já tá tomando conta do serviço funerário, outros falam que a gente que ainda toma conta. [...]. Servidor tá jogado, a gente tá indefinido, a gente não sabe o que vai acontecer, entendeu?

Conforme o entrevistado Vinícius, esses trabalhadores e trabalhadoras sofrem discriminações superiores àquelas sentidas pelos concursados. Na percepção deste entrevistado, “não é por parte da população não. É por parte do quadro de efetivos do serviço funerário. Parece que está havendo um conflito entre trabalhadores. Então isso não deveria acontecer. Parece que estão perdendo a identidade de classe”. Ao avançar sobre o tema, Vinícius sugere haver uma certa divisão do trabalho realizado entre efetivos e terceirizados: “É o

trabalhador, infelizmente, colocando o outro trabalhador em uma labuta cada vez pior”.

Essa perspectiva, de uma divisão do trabalho entre efetivos e terceirizados, é também assinalada pela entrevistada Carmen. Conforme a trabalhadora, os terceirizados que atuam nas quadras dos cemitérios vinham assumindo serviços considerados mais braçais, a exemplo da abertura de covas, ainda que no contexto pandêmico esta atividade tenha contado com o auxílio de mini escavadeiras. Enquanto os terceirizados tendiam a concentrar-se na abertura de covas, os concursados tendiam a atuar prioritariamente nos sepultamentos, nas exumações, podendo, de forma mais eventual, também abrir covas. Essa divisão foi também facilitada pelo crescente desequilíbrio numérico entre concursados e terceirizados, com os últimos em maior quantidade, sobretudo no contexto pandêmico.

A distribuição de distintas atribuições entre efetivos (concursados) e temporários (terceirizados) precisa ser, portanto, compreendida em sua complexidade. Mesmo não se descartando o impacto da terceirização nos laços de cooperação e solidariedade entre os trabalhadores do serviço funerário, tal como tem sido observado em outras categorias, e como sugere a entrevistada Carmen, é necessário observar dimensões menos visíveis dessa relação.

No depoimento do trabalhador administrativo Osvaldo, é possível observar que a estratégia de redução da disseminação do vírus entre os servidores da unidade passou por um distanciamento dos terceirizados, aparentemente mais expostos à doença em função da atividade de remoção de corpos.

Então, o que mudou, aqui no trabalho, a gente tem o EPI que é máscaras, caso que a gente mexe com serviço insalubre sempre luvas, avental, sempre assim. Pelo menos o meu setor que lida quase direto com o pessoal que trabalha em campo. Em campo que eu digo é o pessoal que trabalha na remoção. Então, a gente recebe os veículos que já vêm contaminados. Esse veículo que foi para a rua pra executar a remoção, ele volta contaminado, porque ele carregou vários corpos com Covid,

então, a gente [precisa] se precaver. Antes, a gente ajudava até o motorista carregar o veículo, hoje nós mantemos uma distância, mantém-se o produto em cima de um balcão e o motorista pega ali e carrega.

É também válido ressaltar que durante as entrevistas foi possível perceber que a crítica dirige-se muito mais à terceirização e ao que ela representa para o serviço público e atividades destes trabalhadores e trabalhadoras concursados do que aos terceirizados em si. As falas críticas à terceirização muitas vezes equivalem a uma compreensão sobre a necessidade de preservação do serviço na esfera da administração pública e ao compromisso que o vínculo efetivo enseja.

Os efetivos, na verdade, têm, pelo que eu vejo, na minha visão... eles levam o serviço funerário. Eles estão na administração, estão na quadra, eles trazem coisas de casa quando não tem - para funcionar. Não é a gestão que muda, são os trabalhadores efetivos que fazem funcionar dia a dia. Então, o efetivo, ele tem essa consciência, essa responsabilidade. Ele sabe que se ele ficar doente não tem outro para suprir. Eu mesmo estou passando por isso. Eu posso me atrasar, mas eu não posso faltar porque não tem uma pessoa que vai fazer. Essa responsabilidade o da terceirizada ainda não tem, e não vai ter, porque quem é responsável é a empresa. E ela por obrigação vai colocar outra pessoa. E a gente? Não abre concurso. E se não tiver eu, não vai ter mais ninguém. O serviço funerário não faz mais concurso. Então só sou eu. A empresa não, o serviço funerário está pagando, aquele ali está doente, pegou atestado, eu vou colocar outro para cobrir. (Carmen, sepultadora).

Essa situação fica evidente também nas falas de Selma e Luciano, entrevistados juntos no Polo Administrativo, que criticaram o processo de terceirização, mas entendiam os terceirizados como vítimas desse processo.

Empresa é empresa, ela vai querer o seu lucro, não tem como ela ficar sem. Porque na verdade a Prefeitura, o povo mesmo que paga, afinal de tudo é imposto. E vai pagar

imposto e vai acabar pagando de novo. Isso que vai acontecer, paga duas vezes. (Luciano)

Eu particularmente não posso falar muito porque eu não tenho muito contato com as pessoas da terceirizada, e não sei como é, se foi feito contrato, nada disso. Eles são tão vítimas como nós, porque a gente não pode chegar e punir o servidor, o pessoal, que presta serviço terceirizado, porque eles também tão na luta para sobreviver e infelizmente são coisas políticas que envolvem. Então, é difícil falar qualquer coisa". (Selma)

O entrevistado Ivo, sepultador lotado no Cemitério de Túmulos, criticou o fato de que, diferente dos servidores, que precisaram comprovar seus conhecimentos de alvenaria em concurso para ingressar no serviço, os terceirizados muitas vezes não apresentavam o conhecimento técnico ou prático para a realização do trabalho, de forma que os sepultadores antigos e concursados precisam ensiná-los.

Então, os funcionários que estão com a gente, na verdade, são todos funcionários sem experiência. Não têm experiência de nada. Então, a gente é que está ensinando eles. Porque eles foram contratados, mas sem nenhum teste, né? Quando eu prestei concurso, a gente foi e fez o teste tudinho, tanto da parte de alvenaria quanto da parte de cavamento também, a gente fez tudo. Então, na verdade, quem entrou, entrou sabendo o que era um, o que era outro. Agora, os contratados não. Fizem teste nenhum. Ou seja: foram contratados. Então os que estão com a gente aqui a gente procura ensinar, mas falar que se fosse tipo assim: terceirizou o cemitério, a gente saiu e eles ficaram? Não dava certo.

Tarcísio, sepultador, também reforçou a importância do concurso. Indicou que esse processo garante a comprovação de pré-requisitos mínimos, mas necessários, para a realização do serviço.

Pra isso que serve a seleção pública. Tem muitos terceirizados que, eles são trabalhadores, pessoas que precisam trabalhar, são guerreiros, são ótimas pessoas, mas ficamos sabendo no decorrer [do

convívio] que muitos deles não sabem ler e escrever. Ou seja, eles não sabem o número de um túmulo, não sabem fazer uma planilha, não sabem usar o computador, então, faltou oportunidade. Nós entendemos. Mas para isso é a seleção pública. A seleção pública vai fazer uma seleção do profissional. Até eu para ser Coveiro, sepultador, fiz uma seleção pública em 2012, onde foi exigido nível básico, que é o primeiro grau. (Tarcísio, sepultador)

O trabalhador também pontuou que há grande número de desistência entre terceirizados em decorrência do impacto psicológico da função, dando destaque aos sepultamentos infantis e de indigentes. Esse impacto figurou como preocupação também de Letícia, que atuava na expedição de urnas. Segundo ela,

Eles ganham bem menos que a gente, porque eles não têm benefício nenhum. Eles devem estar ganhando o salário-mínimo só. E tá fazendo a mesma coisa. E eles entraram tudo novinho. Imagina eles com a minha idade, com 54 anos, com a cabeça, vivendo num rolo compressor desse, sem um... Porque a empresa terceirizada..., aí que não vai investir mesmo, né. Se a prefeitura já não investe na gente, imagina uma empresa terceirizada, né.

A terceirização do trabalho nos cemitérios é parte dos mecanismos de corte de custos e de flexibilização do trabalho que se expandiram nas últimas décadas tanto no setor privado como no público. Trata-se de um tipo de contratação que possibilita alta rotatividade de empresas e trabalhadores, valendo-se de contratos a curto prazo.

Essa dinâmica, conforme a entrevistada Carmen, constitui-se em empecilho para uma postura de compromisso com o serviço público, assim como para o aprendizado do trabalho (no seu sentido de um saber fazer que vai além do trabalho mais imediato e repetitivo).

Guilherme, sepultador do Cemitério Jardim, desenvolveu raciocínio semelhante ao de Carmen. Para ele, os terceirizados entram no Serviço Funerário para “se aventurarem”, apren-

derem, mas há pouco tempo hábil para que eles realmente aprendam o serviço, já que precisam “trocar o pneu com o carro andando”. Dessa forma, o vínculo provisório funciona também como um impeditivo para a construção de um tipo de compromisso presente entre os concursados. Essa perspectiva do descompromisso foi reiterada por Marília, velorista:

Porque o servidor, ele nunca vai colocar a vida profissional dele em risco, né? Então ele vai realmente ter aquela responsabilidade do começo ao fim. Coisa que o terceirizado não... ‘Ah, se eu sair daqui o salário é o mesmo, se eu trabalhar na venda da esquina, então pouco me importa, entendeu?’. Então, a responsabilidade com as famílias, a responsabilidade de marcar os locais. Então, os poucos servidores que ficaram, ficaram com esse peso. Ficaram com essa demanda de trabalho. Pra poder realmente não virar um caos! Porque uma coisinha errada aqui vira o caos! É um caos pra anos, não é um caos para um dia! É um caos para anos!

Foi comum identificar entre os trabalhadores a sensação de derrota, de perda das referências do trabalho, ou mesmo expulsão, diante dos processos de terceirização e do avanço desse tipo de contratação ao longo da pandemia. Revelam também a precarização do trabalho, que assume dimensões diversas, objetivas e subjetivas. Conforme Druck (2011), trata-se de um processo social que “modifica as condições do assalariamento (estável) anteriormente hegemônico”, fragmentando as formas de vínculo, tornando-as mais instáveis, e dificultando a organização e resistência dos trabalhadores/as. No tempo pandêmico, esses processos se intensificaram, indicando processos de desgaste mental conforme definição proposta por Seligmann-Silva (2011).

Esse sentimento foi expresso também por Marília.

Então...Eu tenho pena, porque daqui a pouco isso aqui privatiza e eu não vou ter esse lugar para estar. A minha casa, entendeu? É tipo como se eu fosse tirada da minha própria casa. É isso que eu sinto. Que com a questão da Covid, isso foi

tirado de nós, nós fomos tirados da nossa própria casa.

Antônio, porteiro do Polo Administrativo, que também já exerceu a função de motorista do Serviço Funerário, descreveu sentimento similar de perda:

Pra gente também tem muita coisa que a gente perdeu, e tá perdendo, e ainda vai perder mais, pelo visto, até se concretizar tudo, né. Até, que nem diz os outros, zerar, e não sobrar mais nada para a gente fazer ou ter o que fazer. Eles estão conseguindo acabar com tudo isso. [...] Ah (me sinto) chateado, né. Porque a gente lutou tanto, né. Tanto, tanto... Lutou aí... E anos e anos você tentando construir negócio, manter aquilo ali de pé... e começar a ver desmoronar assim, com o passar do tempo. Aí é chato, né.

Não à toa, elementos apontados por Franco et al. (2010) aparecem nas falas dos/as entrevistados/as, a exemplo da intensificação do trabalho, da perda das identidades individual e coletiva, do adoecimento relacionado ao trabalho. Esse quadro geral, denominado pelas autoras como "Psicopatologia da precarização", remete a processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social. (p.231)

Os servidores, portanto, se veem, em sua maioria, em uma situação na qual utilizam seu saber prático para formar os terceirizados, viabilizar o desenvolvimento das atividades, ao mesmo tempo em que testemunham o fim de seu próprio trabalho, seguindo cientes das implicações diversas que esse processo tende a acarretar aos serviços prestados à população.

Destaca-se que a maior parte dos entrevistados apontou o momento da pandemia como elemento central para o avanço

da terceirização. O processo foi facilitado pelo afastamento dos efetivos com mais de 60 anos e com comorbidades, o que, conforme já citado anteriormente, correspondeu a "60% dos 257 sepultadores do Serviço Funerário Municipal", ou, conforme os números fornecidos pelo Sindsep-SP, 120 sepultadores.

O prejuízo dos serviços a partir da terceirização é evidente, visto que prejudicou a própria cooperação e construção coletiva das tarefas, que perdem, na ausência dos servidores, sua história e continuidade. Fraga (2015), em seu estudo sobre sepultadores, aponta que

A cooperação é condição essencial, possibilitando o surgimento de comportamentos que funcionem como linguagem, código subordinado a uma construção social, histórica e cultural. A utilização de expressões e termos específicos entre os trabalhadores permite afirmar essa coletividade e pertença individual ao grupo, possibilitando a diminuição da tensão entre os trabalhadores.

Dessa forma, os terceirizados encontram-se ainda mais desprotegidos pela ausência desse coletivo e desse pertencimento, o que tende a potencializar condições e situações de trabalho nocivas à saúde. O avanço da terceirização mina os laços de coletividade como um todo, fragilizando a capacidade de mobilização e reação dos trabalhadores e trabalhadoras concursados.

4

Considerações finais

O Serviço Funerário apresenta-se nesta pesquisa como um trabalho complexo, que exige um saber prático específico, configurando atividade de cuidado, não apenas com aqueles que faleceram, mas também seus familiares enlutados, apresentando significativa carga física, mental e emocional em sua realização.

Os trabalhadores apontaram processos discriminatórios, intensificados por integrarem a denominada “linha de frente” de combate à pandemia, sem que existisse reconhecimento ou recompensa de seus esforços, empenhos e sacrifícios. Se, portanto, o Serviço Funerário já era visto como um “trabalho sujo”, o contexto da pandemia contribuiu para o aprofundamento da ideia social de sujeira, atrelando-a agora também à exposição a uma doença pouco conhecida e de significati-

vo potencial letal. Implica-se, então, uma marginalização na qual as condições básicas de trabalho, como EPIs e a própria vacinação do efetivo, são adquiridas apenas mediante a luta organizada da categoria.

A intensificação do trabalho é vivida em suas diferentes dimensões, tanto pelo próprio aumento do número de sepultamentos realizados, quanto em seus aspectos afetivos, pelo impacto dos procedimentos de segurança aos processos de luto previamente estabelecidos, pelo medo da infecção e exposição de familiares.

Os entrevistados testemunharam ainda, no período pandêmico, o aprofundamento do desmonte do seu trabalho a partir da terceirização, que dificulta a construção e manutenção do saber produzido pela categoria e implicou em trabalhadores mais expostos e vulneráveis ao desgaste e adoecimento frente às cargas diversas que integram seu processo de trabalho.

Os processos de concessão do Serviço Funerário à iniciativa privada avançaram desde a eleição do prefeito João Dória (PSDB), em 2017, ocorrendo em outubro de 2021 consulta pública para a concessão dos serviços. Faz-se necessário avaliar, portanto, além do impacto na própria qualidade dos serviços oferecidos à população, o impacto afetivo sobre os trabalhadores que, apesar da desvalorização e estigma, constroem sentido no seu fazer.

Entende-se importante a compreensão do Serviço Funerário como um trabalho de cuidado integrado à atenção à saúde e ao planejamento de situações emergenciais na cidade, com recursos suficientes para a realização segura das atividades, considerando suas diversas repercussões na saúde de seus trabalhadores e trabalhadoras.

As percepções dos trabalhadores e trabalhadoras a respeito da vacina e da pandemia em si revelaram que a maioria deles teve medo do trabalho presencial, não se sentindo suficientemente protegidos para atuar, e exibindo grande receio de infectar seus familiares. A vacina foi recebida pela maioria com alívio e gerou maior sensação de segurança.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.123, p.407-427, jul./set. 2015.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

BRASIL / Presidência da República. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm> Acesso em: 24fev2022.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**. 2011: p. 37-57.

FLORES VDC, Moura EPG. Significados de trabalho, prazer e sofrimento no ofício de agentes funerários. **Revista Psicologia: Organização e Trabalho**. 2018; 08(01).

FRAGA Bruno Miguel Oliveira. **Realidade laboral**: a invisibilidade do trabalho nos cemitérios. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Outubro 2015. Porto: FPCEUP.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalha-

dor e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online]. 2010, v. 35, n. 122, p. 229-248. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>>. Acesso em 11/03/2022.

G1. Prefeitura de SP amplia vacinação para funcionários de cemitérios e os que fazem exame de Covid-19 em laboratórios da cidade. **Portal G1**, 30 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/30/enterros-aumentam-18percent-em-abril-em-sao-paulo-durante-pandemia-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 21fev2022.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo, HUCITEC, 1989.

LINHART, Danièle. O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. **Trabalho & Educação**. Revista do NETE, Belo Horizonte, v. 7, 2000.

POMARA C, SESSA F, GALANTE D, PACE L, FASANELLA A, DI NUNNO N, ESPOSITO M, SALERNO M. Do We Really Need Hazard Prevention at the Expense of Safeguarding Death Dignity in COVID-19? **Diagnostics**, vol. 11, n.10, 2021. <https://doi.org/10.3390/diagnostics11101913>

PREFEITURA DO MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Prefeitura de São Paulo apresenta plano de contingência e novas medidas para Serviço Funerário. **Portal Cidade de São Paulo**, 23/04/2020. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-apresenta-plano-de-contingencia-e-novas-medidas-para-servico-funerario>>. Acesso em: 21fev2022.

PREFEITURA DO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020. Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. Disponível em: <https://www.secovi.com.br/downloads/downloads/decreto-n-59_283-de-16-de-marco-de-2020.pdf>. Acesso em: 21fev2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Prefeitura de SP abre consulta pública para concessão de cemitérios, crematórios e serviços funerários. **Portal Cidade de São Paulo**, 25 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-abre-consulta-publica-para-concessao-de-cemiterios-crematorios-e-servicos-funerarios>. Acesso em 29 mar. 2024.

RODRIGUES, Carlos M. Lopes.; SANTANA, Gabriella B. M.; SILVA, Júlia C. Ferreira da; DUARTE, Juliana M. Messias; NOGUEIRA Lidiane Fernandes da Silva; ARAÚJO, Pedro Henrique Rodrigues; SILVA, Yuri Soares G. da. Trabalhando com a morte: bem-estar no trabalho de agentes funerários. **Laborativa**. 2016 abr.; 05(01). Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1328>. Acesso em: 21fev2022.

SELIGMANN-SILVA, Edith **Trabalho e desgaste mental: o di-**

reito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Os vínculos entre condições de trabalho e saúde mental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 8, n. 2, 1988. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 fev. 2022.

SINDSEP-SP. Segurança dos servidores municipais em risco, 21 de março de 2020. Disponível em: <https://sindsep-sp.org.br/noticias/funcionalismo/alerta-seguranca-dos-servidores-municipais-em-risco>

SORIA BATISTA, Analía; CODO, Wanderley. Trabalho sujo e estigma. Cuidadores da morte nos cemitérios. **Revista de Estudos Sociais**, n. 63, p. 72-83, 2018.

VILELA, Renata. Prefeitura de São Paulo faz nova tentativa de privatização de serviço funerário. **Portal Reconta aí**. 26 out. 2021. Disponível em: <https://recontaai.com.br/prefeitura-de-sao-paulo-faz-nova-tentativa-de-privatizacao-de-servico-funerario>. Acesso em 29 mar. 2024.

ZAVATTARO, Staci M. "We've Cared for the Dead since We Started Caring": COVID-19 and Our Relationship to Public and Private Deathcare. **Public Administration Review**, v. 80, n. 4, p. 701-705, 2020.

TÍTULO

Dossiê COVID no trabalho : pesquisa COVID 19 como doença relacionada ao trabalho : pesquisa qualitativa no serviço funerário do município de São Paulo.

AUTORAS

Carolina de Moura Grando, Luci Praun, Renata Paparelli e Vera Lúcia Salerno

PRODUÇÃO EDITORIAL

Lilian Primi (Projeto Gráfico de capa e miolo)

REVISÃO:

Erica Freitas, Daniela Sanches Tavares e Maria Maeno

FORMATO 148 × 210 mm

MANCHA 115 mm x 182 mm

TIPOLOGIA ITC Segoe UI

Número de páginas 100

